

SIMULADO FINAL

SEFAZ SC

Auditor Estadual De Finanças Públicas
Direito - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **SEFAZ-SC**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/GKka533iQBpYce4P9

1-	A B C D E	21-	A B C D E	41-	A B C D E	61-	A B C D E	81-	A B C D E	101-	A B C D E	121-	A B C D E	141-	A B C D E	161-	A B C D E
2-	A B C D E	22-	A B C D E	42-	A B C D E	62-	A B C D E	82-	A B C D E	102-	A B C D E	122-	A B C D E	142-	A B C D E	162-	A B C D E
3-	A B C D E	23-	A B C D E	43-	A B C D E	63-	A B C D E	83-	A B C D E	103-	A B C D E	123-	A B C D E	143-	A B C D E	163-	A B C D E
4-	A B C D E	24-	A B C D E	44-	A B C D E	64-	A B C D E	84-	A B C D E	104-	A B C D E	124-	A B C D E	144-	A B C D E	164-	A B C D E
5-	A B C D E	25-	A B C D E	45-	A B C D E	65-	A B C D E	85-	A B C D E	105-	A B C D E	125-	A B C D E	145-	A B C D E	165-	A B C D E
6-	A B C D E	26-	A B C D E	46-	A B C D E	66-	A B C D E	86-	A B C D E	106-	A B C D E	126-	A B C D E	146-	A B C D E	166-	A B C D E
7-	A B C D E	27-	A B C D E	47-	A B C D E	67-	A B C D E	87-	A B C D E	107-	A B C D E	127-	A B C D E	147-	A B C D E	167-	A B C D E
8-	A B C D E	28-	A B C D E	48-	A B C D E	68-	A B C D E	88-	A B C D E	108-	A B C D E	128-	A B C D E	148-	A B C D E	168-	A B C D E
9-	A B C D E	29-	A B C D E	49-	A B C D E	69-	A B C D E	89-	A B C D E	109-	A B C D E	129-	A B C D E	149-	A B C D E	169-	A B C D E
10-	A B C D E	30-	A B C D E	50-	A B C D E	70-	A B C D E	90-	A B C D E	110-	A B C D E	130-	A B C D E	150-	A B C D E	170-	A B C D E
11-	A B C D E	31-	A B C D E	51-	A B C D E	71-	A B C D E	91-	A B C D E	111-	A B C D E	131-	A B C D E	151-	A B C D E	171-	A B C D E
12-	A B C D E	32-	A B C D E	52-	A B C D E	72-	A B C D E	92-	A B C D E	112-	A B C D E	132-	A B C D E	152-	A B C D E	172-	A B C D E
13-	A B C D E	33-	A B C D E	53-	A B C D E	73-	A B C D E	93-	A B C D E	113-	A B C D E	133-	A B C D E	153-	A B C D E	173-	A B C D E
14-	A B C D E	34-	A B C D E	54-	A B C D E	74-	A B C D E	94-	A B C D E	114-	A B C D E	134-	A B C D E	154-	A B C D E	174-	A B C D E
15-	A B C D E	35-	A B C D E	55-	A B C D E	75-	A B C D E	95-	A B C D E	115-	A B C D E	135-	A B C D E	155-	A B C D E	175-	A B C D E
16-	A B C D E	36-	A B C D E	56-	A B C D E	76-	A B C D E	96-	A B C D E	116-	A B C D E	136-	A B C D E	156-	A B C D E	176-	A B C D E
17-	A B C D E	37-	A B C D E	57-	A B C D E	77-	A B C D E	97-	A B C D E	117-	A B C D E	137-	A B C D E	157-	A B C D E	177-	A B C D E
18-	A B C D E	38-	A B C D E	58-	A B C D E	78-	A B C D E	98-	A B C D E	118-	A B C D E	138-	A B C D E	158-	A B C D E	178-	A B C D E
19-	A B C D E	39-	A B C D E	59-	A B C D E	79-	A B C D E	99-	A B C D E	119-	A B C D E	139-	A B C D E	159-	A B C D E	179-	A B C D E
20-	A B C D E	40-	A B C D E	60-	A B C D E	80-	A B C D E	100-	A B C D E	120-	A B C D E	140-	A B C D E	160-	A B C D E	180-	A B C D E

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/k6eh0q

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://concursos.estrategia.com/curso/simulado-final-sefaz-sc-auditor-estadual-de-financas-publicas-direito-15-11-2026-banca-fcc-pos-edital

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Alienação parental e a capacidade de odiar

Certamente o propósito da Lei da Alienação Parental foi escancarar uma triste realidade: como é desmedida a capacidade de odiar. A que ponto as pessoas chegam para se vingar de alguém?

Claro que esta faceta do ser humano sempre existiu. Os chamados crimes passionais – que de paixão nada têm – lotam presídios. Não foi outra motivação que levou à edição da Lei Maria da Penha e à qualificação do crime de morte como feminicídio. Estes são os mecanismos legais que tentam refrear os crimes de ódio contra as mulheres.

A incidência assustadora destes delitos mostra o verso e reverso de uma mesma moeda: a facilidade com que o amor se transforma em ódio. A motivação desta verdadeira carnificina é uma só: punir o responsável pelo fim do sonho do amor eterno. A frustração da promessa de uma felicidade a qualquer preço. Mesmo na doença, na pobreza e na tristeza.

A insuportabilidade da dor leva ao desejo de provocar dor no outro. E o desejo de vingança não tem limite. Este sentimento alcança não só o parceiro. Vai além. Os próprios filhos são utilizados como armas. Servem de munição na guerra deflagrada por quem se sentiu traído, abandonado.

O desalento do desamor supera todas as fronteiras. Inclusive o chamado amor incondicional dos pais pelos filhos. Não importam as sequelas que estas manobras podem provocar. Quais os prejuízos que causam a eles. O importante é convencê-los de que precisam nutrir o mesmo ódio com relação a quem não mais os ama.

Mentiras, falsas acusações, manipulações transbordam a ponto de gerar nos filhos profunda crise de lealdade. Não sabem quem odiar, quem amar. Nem o que é verdade ou pura imaginação. O que é certo e o que é errado. Bom ou ruim.

Na tentativa de refrear tais atos é que foi editada a Lei 12.318/10. Até o seu nome foi alvo de enormes críticas. Tentando desqualificá-la, foram atrás da biografia de quem deu o nome a este fenômeno. Mas, independente de tudo, a Lei da Alienação Parental vingou.

De forma didática, elenca algumas posturas que evidenciam o uso dos filhos como ponta de lança. Impinge sanções aos autores de tais práticas, além de trazer ferramentas processuais mais ágeis para flagrar sua ocorrência e tentar reduzir danos às vítimas.

Quanto mais sofisticadas as formas de usar os filhos como bucha de canhão, mais difícil é para a Justiça conseguir identificar tais ações. Por isso se tornou indispensável a atuação de profissionais da área psicossocial, que precisam intervir precocemente para estancar a sangria que leva à morte de vínculos parentais.

Claro que mecanismos de contenção tão eficientes e cada vez mais sofisticados só podem ser rejeitados por quem está sendo inibido de transformar filhos em ferramentas para provocar dor. Daí os recentes movimentos que querem a revogação da Lei ou sua mutilação. Nada mais do que estratégias para invisibilizar uma realidade que ninguém duvida que existe. E é cada vez mais assustadora.

É a eficácia da Lei que passou a assustar. É o limite imposto ao desejo de vingança que vem sendo refreado pela Justiça. No entanto, sua manutenção é fundamental. Não há outra forma de garantir o cuidado especial que a Constituição da República confere a crianças e adolescentes, com prioridade absoluta. Entre eles, o direito à convivência familiar.

O fim da conjugalidade não enseja o fim da parentalidade. A separação dos pais não pode levar à separação dos filhos com qualquer deles. E ter dois lares, muitas vezes, é melhor do que ter um só. Afinal, é só isso que filhos querem: a certeza de que são amados. E quando este direito não é garantido pelos pais, cabe ao Estado o dever de intervir.

(Adaptado de: DIAS, Maria Berenice. Alienação parental e a capacidade de odiar. Disponível em: www.ibdfam.org.br)

1. A autora sustenta, ao longo do texto, a ideia de que

a) a Lei da Alienação Parental, por ter sido alvo de críticas desde a escolha de seu nome, precisa ser revista para cumprir seus propósitos.

b) o uso dos filhos como instrumento de vingança é um fenômeno recente, surgido com a edição da Lei 12.318/10.

c) a separação dos pais, por romper o vínculo conjugal, costuma acarretar prejuízos irreparáveis à convivência dos filhos com ambos os genitores.

d) cabe ao Estado guiar e gerenciar os pais na tarefa de assegurar aos filhos a certeza de que são amados.

e) a manutenção da Lei 12.318/10 é imprescindível para resguardar um direito constitucional, quando os filhos são instrumentalizados como armas na disputa entre os pais

2. No 2º parágrafo, a referência à Lei Maria da Penha e à qualificação do feminicídio tem a função de

a) mostrar que a capacidade de odiar, evidenciada pela Lei da Alienação Parental, já havia motivado outros mecanismos legais de contenção.

b) demonstrar que os chamados crimes passionais decorrem de uma paixão incontrolável, o que atenua a culpa de seus autores.

c) indicar que a alienação parental é praticada exclusivamente contra as mulheres.

d) sugerir que essas leis se revelaram ineficazes, o que justifica a edição de normas mais severas.

e) estabelecer uma oposição entre os crimes de ódio contra as mulheres e os atos praticados contra os filhos

3. No 6º parágrafo, a expressão *profunda crise de lealdade* designa

a) o sentimento de traição experimentado pelo genitor que se viu abandonado pelo parceiro.

b) a desconfiança que os pais passam a nutrir em relação à Justiça e aos profissionais da área psicossocial.

c) a recusa definitiva dos filhos em manter convivência com qualquer um dos genitores.

d) o conflito vivido pelos filhos que, submetidos a mentiras e manipulações, já não sabem em quem acreditar.

e) a ruptura do compromisso de amor eterno assumido pelos cônjuges na doença, na pobreza e na tristeza

4. No 10º parágrafo, a autora

a) admite que as críticas dirigidas à Lei procedem, embora considere sua revogação uma medida excessiva.

b) propõe que a Lei seja parcialmente modificada, a fim de torná-la mais eficiente.

c) atribui a rejeição à Lei àqueles que se veem impedidos por ela de usar os filhos como arma.

d) põe em dúvida a existência da realidade que a Lei procura combater.

e) sustenta que os movimentos pela revogação da Lei decorrem do desconhecimento da realidade que ela combate

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

a) *escancarar uma triste realidade* (1º parágrafo) = dissimular um fato lamentável

b) *Impinge sanções aos autores de tais práticas* (8º parágrafo) = impõe punições aos responsáveis por essas condutas

c) *estancar a sangria* (9º parágrafo) = acelerar o desgaste

d) *a Lei da Alienação Parental vingou* (7º parágrafo) = a Lei da Alienação Parental serviu de instrumento de vingança

e) *não enseja o fim da parentalidade* (12º parágrafo) = não impede o fim da parentalidade

6. *Por isso se tornou indispensável a atuação de profissionais da área psicossocial, que precisam intervir precocemente para estancar a sangria que leva à morte de vínculos parentais.* (9º parágrafo)

Considerando o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

a) Porquanto

b) Contudo

c) Conquanto

d) Contanto que

e) Por conseguinte

7. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada no seguinte trecho:

a) A que ponto as pessoas chegam para se vingar de alguém? (1º parágrafo)

b) Os chamados crimes passionais – que de paixão nada têm – lotam presídios. (2º parágrafo)

c) Mesmo na doença, na pobreza e na tristeza. (3º parágrafo)

d) Afinal, é só isso que filhos querem: a certeza de que são amados. (12º parágrafo)

e) Claro que esta faceta do ser humano sempre existiu. (2º parágrafo)

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no plural para integrar corretamente a frase:

a) Não (bastar) às crianças as promessas de amor de quem as utiliza como armas.

b) (Caber) aos profissionais da área psicossocial identificar precocemente as manobras do alienador.

c) (Tratar-se) de práticas que comprometem gravemente os vínculos parentais.

d) (Fazer) mais de quinze anos que a Lei 12.318 foi editada.

e) (Haver) inúmeras críticas à Lei desde a escolha de seu nome

9. O sinal indicativo de crase está empregado corretamente na frase:

a) A lei passou à impor sanções aos que usam os filhos como armas.

b) Os filhos não podem ser expostos à manipulações de quem se sente traído.

c) A autora se refere à pessoas que transformam os filhos em instrumentos de vingança.

d) A Constituição assegura às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar.

e) Os profissionais chegaram à um diagnóstico precoce da alienação

10. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos das formas verbais na frase:

a) Se a Lei fosse revogada, muitas crianças ficarão desprotegidas diante das manobras dos pais.

b) Caso os pais se separem, os filhos perderiam o direito de conviver com ambos.

c) Quando a Justiça identificar a manipulação, os profissionais intervirão para reduzir os danos às vítimas.

d) Embora a Lei tivesse sido alvo de críticas, ela vinga até hoje.

e) Os movimentos contrários exigiram que a Lei seja revogada ou mutilada

Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto abaixo.

O descanso não traz felicidade

A Dra. Elizabeth Mokyr Horner, da Universidade da Califórnia, publicou um interessante estudo no *Journal of Happiness Studies*. Segundo a pesquisa, os homens, após se aposentarem, passam por alguns estágios psicológicos comuns a todos eles. E, aos 70 anos de idade, o índice de satisfação com a vida se estabiliza em um patamar inferior, independentemente da idade em que se aposentam.

Com a evolução da medicina, os humanos sobrevivem mais. Foram mais de 30 anos ganhos em pouco mais de um século. Hoje, não é raro encontrarmos indivíduos idosos trabalhando ou praticando exercícios, com condições plenas de saúde ou até centenários em plena atividade. Esse ganho na sobrevida aumentou muito a demanda de benefícios previdenciários e a utilização dos serviços públicos em geral, tornando deficitária a grande maioria dos programas de saúde e previdência no mundo.

A questão de quando devemos parar de trabalhar arde nos pensamentos das pessoas que estão chegando à idade para tal. A definição de “velho” também mudou, e a que mais se adequa hoje em dia é a de alguém duas ou três décadas a mais que a gente.

A pesquisadora analisou dados de mais de 18 mil homens entre 50 e 70 anos, aposentados ou próximos de se aposentar. Eles vivem em países da União Europeia e foram entrevistados durante anos pela pesquisadora, que buscava saber o quão felizes estavam nos diferentes períodos de aposentadoria até atingirem os 70 anos.

O estudo revela que, logo após nos aposentarmos, o índice de satisfação com a vida e a sensação de bem-estar crescem rapidamente. Mas, após alguns meses, esse índice cai rapidamente e se estabiliza, até chegarmos aos 70 anos, independentemente da idade de aposentadoria.

A conclusão da pesquisadora é que se aposentar mais tarde apenas atrasa um ganho de qualidade de vida que na realidade é fugaz. Aposentar-se tardiamente não reduz o índice de satisfação com a vida e, portanto, pode ser uma opção para as pessoas que ainda se sentem produtivas e estão felizes no ambiente de trabalho. Para a autora, aposentar-se tem apenas um efeito “marginal” na felicidade das pessoas e aposentadoria tardia seria uma boa saída para os países endividados.

(Adaptado de: O descanso não traz felicidade. CartaCapital)

11. Segundo o texto, os resultados do estudo indicam que

a) a aposentadoria tardia, embora alivie as contas públicas, reduz a satisfação dos indivíduos com a vida.

b) a elevação do bem-estar que se segue à aposentadoria é efêmera, e o adiamento dela não compromete a satisfação com a vida.

c) a satisfação com a vida aumenta paulatinamente após a aposentadoria, até se estabilizar aos 70 anos.

d) quem se aposenta mais cedo garante para si um nível de felicidade superior ao de aposentados tardios.

e) homens e mulheres de todos os continentes passam pelos mesmos estágios psicológicos depois de se aposentarem

12. No 2º parágrafo, estabelece-se uma relação de causa e consequência entre

a) a queda do índice de satisfação com a vida e a evolução da medicina.

b) o trabalho de pessoas idosas e o avanço da medicina.

c) a presença de centenários em plena atividade e a nova definição de "velho".

d) o aumento da longevidade e a situação deficitária dos programas de saúde e previdência.

e) a aposentadoria tardia e o endividamento progressivo dos países

13. Transpondo-se para a voz passiva o segmento *A pesquisadora analisou dados de mais de 18 mil homens* (4º parágrafo), a forma verbal resultante será:

a) eram analisados

b) analisou-se

c) foram analisadas

d) tinham sido analisados

e) foram analisados

14. *Esse ganho na sobrevida aumentou muito a demanda de benefícios previdenciários e a utilização dos serviços públicos em geral, tornando deficitária a grande maioria dos programas de saúde e previdência no mundo.* (2º parágrafo)

Em relação ao que se afirma antes dela, a oração sublinhada expressa ideia de

a) consequência.

b) concessão.

c) condição.

d) causa.

e) proporção

15. Está clara e correta a redação da frase:

a) Muitos idosos preferem continuar trabalhando do que se aposentar antes dos 70 anos.

b) A aposentadoria tardia implica em economia significativa para os cofres públicos.

c) A pesquisadora visava ao bem-estar dos aposentados ao propor mudanças nas políticas de previdência.

d) Os entrevistados que aspiram uma vida tranquila costumam deixar o trabalho mais cedo.

e) Nem todos os aposentados assistem com serenidade as mudanças que a nova rotina lhes impõe

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

16. Um empresário dividiu um capital em duas partes. A primeira, correspondente a 40% do capital, foi aplicada a uma taxa de juros compostos de 5% ao quadrimestre, durante 8 meses, gerando juros de R$ 1.640,00. A segunda parte, formada pelo restante do capital, foi aplicada a uma taxa de juros simples de 18% ao ano, durante 10 meses.

A soma dos valores dos juros obtidos nas duas aplicações é igual a

a) R$ 4.040,00

b) R$ 4.520,00

c) R$ 5.240,00

d) R$ 5.330,00

e) R$ 5.960,00

17. Uma pessoa aplicou um capital a uma taxa de juros simples de 1,25% ao mês, durante 16 meses, e resgatou todo o montante no final desse prazo. Desse montante, ela retirou R$ 3.400,00 para quitar uma despesa e aplicou todo o restante, durante 9 meses, a uma taxa de juros simples de 24% ao ano.

Se os juros da segunda aplicação totalizaram R$ 4.140,00, então os juros da primeira aplicação foram de

a) R$ 3.960,00

b) R$ 4.600,00

c) R$ 5.280,00

d) R$ 4.140,00

e) R$ 4.400,00

18. Os projetos A e B, mutuamente excludentes, exigem o mesmo desembolso inicial D na data 0 e apresentam a mesma taxa interna de retorno, igual a 10% ao ano. Seus fluxos de caixa, em reais, estão no quadro abaixo.

Ano	Projeto A	Projeto B
0	−D	−D
1	4.400,00	0,00
2	18.150,00	Y

O valor de Y, em reais, é igual a

a) 22.990,00

b) 22.550,00

c) 20.900,00

d) 23.474,00

e) 22.150,00

19. Uma duplicata de valor nominal igual a R$ 30.000,00 foi descontada em um banco 5 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto comercial simples, a uma taxa de desconto de 4% ao mês.

A taxa mensal de juros simples efetivamente cobrada pelo banco nessa operação foi de

a) 3,33%

b) 4,00%

c) 4,56%

d) 5,00%

e) 4,80%

20. Uma empresa deve pagar R$ 21.000,00 daqui a 1 mês e R$ 33.075,00 daqui a 3 meses. Ela propõe ao credor substituir essas duas obrigações por um pagamento único daqui a 2 meses, considerando a taxa de juros compostos de 5% ao mês.

Se o credor aceitar a proposta, o valor do pagamento único será de

a) R$ 52.050,00

b) R$ 53.550,00

c) R$ 54.075,00

d) R$ 53.471,25

e) R$ 56.778,75

21. Um financiamento de R$ 240.000,00 será quitado em 60 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira 1 mês após a liberação dos recursos, pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), a uma taxa de juros de 1% ao mês. Considere que, pelo Sistema Francês, nas mesmas condições, o valor de cada prestação seria de R$ 5.338,00.

O valor da amortização incluída na primeira prestação pelo SAM é igual a

a) R$ 3.469,00

b) R$ 2.938,00

c) R$ 4.000,00

d) R$ 5.869,00

e) R$ 3.200,00

22. Um investidor manteve uma aplicação durante dois anos. No primeiro ano, a aplicação rendeu 9,2% e, no segundo, 11,3%. As taxas de inflação nesses anos foram de 4% e 5%, respectivamente.

A taxa real de juros acumulada no período de dois anos foi de

a) 11,00%

b) 11,50%

c) 11,83%

d) 11,30%

e) 21,54%

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

23. Em certo ano não bissexto, o dia 1º de março caiu em uma quinta-feira. Nesse dia, uma comissão de auditoria realizou a sua primeira reunião e decidiu que as reuniões seguintes ocorreriam sempre 23 dias após a reunião imediatamente anterior, inclusive em fins de semana e feriados.

A 10ª reunião dessa comissão ocorreu em

a) 1º de setembro, um sábado.

b) 23 de setembro, um domingo.

c) 24 de setembro, uma segunda-feira.

d) 25 de setembro, uma terça-feira.

e) 17 de outubro, uma quarta-feira.

24. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- Se o relatório foi aprovado, então a auditoria foi encerrada.
- Se a auditoria foi encerrada, então o processo foi arquivado ou a multa foi aplicada.
- O processo não foi arquivado e a multa não foi aplicada.
- Ou o relatório foi aprovado, ou Jonas foi convocado, mas não ambos.
- Se Jonas foi convocado, então Paula viajou ou Renata não compareceu.
- Renata compareceu.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

a) o relatório foi aprovado e Paula viajou.

b) a auditoria foi encerrada ou Renata não compareceu.

c) Jonas não foi convocado e Paula viajou.

d) o processo foi arquivado ou a auditoria foi encerrada.

e) Jonas foi convocado e Paula viajou.

25. Três auditores fiscais, Bruno, Celso e Davi, atuam em setores distintos de uma secretaria estadual de fazenda, sendo eles ICMS, IPVA e ITCMD, e moram em cidades distintas, sendo elas Blumenau, Chapecó e Joinville, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- o auditor que atua no setor de IPVA mora em Chapecó;
- Bruno não atua no setor de ICMS e não mora em Joinville;
- Davi mora em Blumenau;
- quem mora em Joinville não atua no setor de ITCMD.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

a) Celso atua no setor de ITCMD.

b) Davi atua no setor de ITCMD e mora em Blumenau.

c) Bruno mora em Joinville.

d) o auditor que atua no setor de ICMS mora em Blumenau.

e) Celso mora em Chapecó.

26. Considere a sequência ilimitada a seguir, construída segundo um padrão lógico.

4, 200, 7, 195, 10, 190, 13, 185, 16, 180, ...

Nessa sequência, a posição ocupada pelo primeiro termo de posição par que é menor do que o termo imediatamente anterior a ele é

a) 26.

b) 50.

c) 51.

d) 52.

e) 54.

27. O coordenador de uma equipe de fiscalização pretende distribuir certa quantidade de processos entre os analistas da equipe. Se cada analista receber 14 processos, sobrarão 9 processos sem distribuição; se cada analista receber 17 processos, faltarão 15 processos para completar a distribuição.

O número de processos a ser distribuído é

a) 121.

b) 112.

c) 136.

d) 145.

e) 37.

28. Um programa de computador escreve, sem espaços e indefinidamente, a palavra AUDITORIA, repetindo-a sempre na mesma ordem de letras:

AUDITORIAAUDITORIAAUDITORIA...

A 2026ª letra escrita pelo programa e a quantidade de letras I entre as 2026 primeiras letras escritas são, respectivamente,

a) A e 449.

b) U e 450.

c) A e 451.

d) I e 450.

e) A e 450.

29. Ao final do expediente, o cofre de uma repartição fazendária foi encontrado aberto. Sabe-se que exatamente um entre os servidores Edu, Fabi, Gil e Hugo deixou o cofre aberto. Questionados, eles fizeram as seguintes declarações:

- Edu: "Foi a Fabi."
- Fabi: "Foi o Hugo."
- Gil: "Não fui eu."
- Hugo: "A Fabi está mentindo."

Sabendo que apenas um dos quatro servidores disse a verdade, o servidor que deixou o cofre aberto e o servidor que disse a verdade são, respectivamente,

a) Gil e Fabi.

b) Gil e Hugo.

c) Hugo e Fabi.

d) Fabi e Edu.

e) Hugo e Gil.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

30. Uma equipe técnica registrou o número de ocorrências de manutenção corretiva em cinco equipamentos durante determinado período. Os valores observados foram:

$$3, 5, 5, 7, 10$$

Com base nesses dados, é correto afirmar que a média aritmética, a mediana, a moda e a amplitude total dessa distribuição são, respectivamente:

a) 5; 5; 6; 7.

b) 6; 6; 5; 7.

c) 6; 5; 5; 7.

d) 6; 5; 7; 5.

e) 7; 6; 5; 7.

31. Uma comissão técnica será formada por três servidores escolhidos entre seis integrantes de uma equipe. Dois desses integrantes ocupam funções de supervisão, enquanto os outros quatro exercem funções técnicas.

Para garantir a participação da supervisão nas decisões da comissão, foi estabelecido que pelo menos um dos dois supervisores deverá integrar o grupo.

O número de comissões distintas que podem ser formadas, atendendo a essa condição, é

a) 16

b) 18

c) 20

d) 21

e) 24

32. Uma unidade administrativa recebe, em média, duas solicitações de atendimento por hora. Para fins de planejamento, admite-se que o número de solicitações recebidas em determinado intervalo segue uma distribuição de Poisson, com ocorrências independentes.

Considerando que a probabilidade de ocorrência de exatamente (k) eventos em um intervalo com parâmetro (λ) é dada por

$$P(X = k) = \frac{e^{-\lambda}\lambda^{k}}{k!},$$

e sabendo que, em determinado intervalo de meia hora, o parâmetro da distribuição é igual a 1, a probabilidade de que sejam recebidas exatamente duas solicitações nesse intervalo é:

a) $\frac{1}{e}$.

b) $\frac{1}{e^2}$

c) $\frac{1}{6e}$

d) $\frac{1}{2e}$

e) $\frac{1}{2}$

33. Um órgão público deseja estimar o tempo médio de execução de determinado procedimento administrativo. Para isso, selecionou uma amostra aleatória simples de 16 processos, obtendo tempo médio de 30 minutos.

Estudos anteriores indicam que o desvio-padrão populacional desse tempo é de 4 minutos. Admitindo distribuição normal da população e adotando, para fins de cálculo, o valor crítico aproximado $(z = 2)$ para um intervalo de confiança de 95%, o intervalo de confiança para o tempo médio populacional é:

a) [26; 34] minutos.

b) [28; 32] minutos.

c) [27; 33] minutos.

d) [29; 31] minutos.

e) [24; 36] minutos.

34. Um analista pretende estabelecer uma relação linear entre o tempo de operação de determinado equipamento, representado por (x), e o custo de manutenção associado, representado por (y).

Para isso, foram obtidos os seguintes dados:

Tempo de operação (x)	**Custo** (y)
1	2
2	4
3	5
4	7

Considerando que a reta de regressão linear simples é expressa por

$$\hat{y} = a + bx,$$

em que (a) representa o intercepto e (b) o coeficiente angular, a estimativa do custo para um tempo de operação igual a 5 unidades será:

a) 7,5.

b) 8,0

c) 8,5.

d) 9,0.

e) 9,5.

35. Cinco atividades de auditoria, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, deverão ser executadas em uma sequência que respeite integralmente as seguintes condições:

- A atividade A deverá ocorrer antes da atividade C;
- a atividade B deverá ocorrer antes da atividade D;
- a atividade D deverá ocorrer antes da atividade A;
- a atividade E deverá ocorrer depois da atividade B e antes da atividade C.

Considerando que todas as atividades deverão ser executadas uma única vez, o número de sequências distintas que atendem simultaneamente a todas as condições é:

a) 2.

b) 3.

c) 4.

d) 5.

e) 6.

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

36. Um órgão de controle pretende utilizar técnicas de Ciência de Dados para identificar possíveis irregularidades em despesas públicas. Para isso, dispõe de registros de pagamentos, contratos administrativos e informações sobre fornecedores. Durante a análise, a equipe identifica valores atípicos e padrões incomuns de contratação. Considerando os fundamentos da Ciência de Dados e sua aplicação à Administração Pública, a interpretação adequada desses resultados consiste em

a) utilizar técnicas de análise exploratória e detecção de anomalias para identificar registros que merecem investigação, reconhecendo que padrões atípicos representam indícios e não comprovam, isoladamente, a existência de irregularidades.

b) considerar todos os registros identificados como anômalos como evidências conclusivas de fraude, pois os algoritmos de detecção de anomalias são capazes de determinar automaticamente a existência de condutas ilícitas.

c) aplicar exclusivamente técnicas de análise descritiva para prever a ocorrência de irregularidades futuras, pois a identificação de padrões históricos garante a precisão das previsões sobre despesas públicas.

d) eliminar previamente todos os registros com valores extremos, pois a presença de outliers compromete obrigatoriamente a qualidade dos dados e impede a identificação de comportamentos irregulares.

e) utilizar modelos de aprendizado supervisionado sem dados previamente rotulados, pois esses algoritmos identificam automaticamente as categorias de fraude sem a necessidade de exemplos classificados durante o treinamento.

37. Um órgão público reúne informações provenientes de três fontes: registros de arrecadação armazenados em tabelas relacionais, documentos JSON recebidos de sistemas externos e relatórios administrativos em formato PDF. Antes de integrar essas informações em uma plataforma de análise, a equipe identifica registros duplicados, campos ausentes e divergências na representação de datas. O procedimento tecnicamente adequado consiste em

a) classificar os registros relacionais como dados semiestruturados, os documentos JSON como dados não estruturados e os relatórios PDF como dados estruturados, realizando a integração diretamente, sem necessidade de tratamento.

b) converter todos os arquivos para o formato CSV antes de verificar sua qualidade, pois a padronização da extensão garante a consistência dos valores e elimina automaticamente duplicidades e informações ausentes.

c) considerar os documentos JSON como dados estruturados obrigatoriamente vinculados a um esquema relacional fixo, dispensando a validação dos campos durante a integração com outras fontes.

d) identificar as características estruturais de cada fonte, avaliar a qualidade dos registros e aplicar procedimentos de limpeza, padronização e integração, preservando a rastreabilidade das transformações realizadas.

e) excluir todos os registros que apresentem campos ausentes ou valores divergentes, pois a remoção integral dessas ocorrências é obrigatória para assegurar a confiabilidade das análises.

38. Durante a análise de dados de arrecadação tributária, uma equipe identifica crescimento contínuo da receita ao longo de vários meses, associação positiva entre o volume de operações comerciais e os valores arrecadados, além de um aumento excepcional da arrecadação em determinado período. Considerando as técnicas de análise de dados, a interpretação adequada desses resultados consiste em

a) classificar o crescimento contínuo como uma anomalia, a associação positiva como uma relação de causalidade comprovada e o aumento excepcional como uma tendência permanente da arrecadação.

b) reconhecer o crescimento contínuo como uma possível tendência, a associação positiva como uma correlação que não comprova causalidade e o aumento excepcional como uma possível anomalia que exige investigação complementar.

c) interpretar a associação positiva entre as variáveis como evidência suficiente de que o aumento das operações comerciais é a única causa do crescimento da arrecadação, dispensando a análise de outros fatores.

d) considerar o aumento excepcional como um padrão sazonal confirmado, pois qualquer variação expressiva observada em uma série temporal representa um comportamento periódico que tende a se repetir.

e) concluir que a identificação de uma tendência crescente elimina a possibilidade de ocorrência de anomalias, pois os valores observados devem acompanhar obrigatoriamente o comportamento geral da série temporal.

39. Um órgão público utiliza um dashboard para acompanhar a execução orçamentária de suas unidades administrativas. O painel apresenta o percentual de execução do orçamento, os valores empenhados e pagos e a evolução mensal das despesas. Durante a avaliação dos resultados, a equipe precisa identificar desvios em relação às metas estabelecidas e fornecer informações para a tomada de decisão. A utilização adequada desses recursos consiste em

a) definir indicadores alinhados aos objetivos da gestão, comparar os resultados com metas e períodos de referência e utilizar visualizações que facilitem a identificação de desvios e tendências, permitindo o detalhamento das informações quando necessário.

b) utilizar exclusivamente os valores absolutos das despesas, pois indicadores percentuais e comparações temporais podem comprometer a interpretação dos resultados e dificultar a identificação de desvios orçamentários.

c) substituir os indicadores de desempenho por gráficos detalhados de todas as transações financeiras, pois a apresentação integral dos registros elimina a necessidade de estabelecer metas e critérios de avaliação.

d) apresentar os dados acumulados em gráficos de setores, independentemente da quantidade de categorias ou da necessidade de acompanhar sua evolução temporal, pois esse tipo de visualização é o mais adequado para identificar tendências.

e) considerar que a atualização automática dos dados garante a qualidade das informações exibidas no dashboard, dispensando procedimentos de validação, padronização e verificação da consistência dos registros.

40. Uma equipe de auditoria utiliza ferramentas analíticas para cruzar registros de pagamentos com informações cadastrais de fornecedores. Durante o processamento, identifica que alguns fornecedores possuem mais de um pagamento registrado e que determinados pagamentos não apresentam correspondência na base cadastral. Para assegurar a interpretação adequada dos resultados, a equipe deve

a) utilizar uma junção interna (INNER JOIN) entre as bases, pois essa operação preserva todos os pagamentos, inclusive aqueles que não possuem correspondência no cadastro de fornecedores.

b) utilizar uma junção à esquerda (LEFT JOIN), considerando a tabela de pagamentos como origem, para preservar todos os registros de pagamentos e identificar aqueles sem correspondência cadastral, verificando também a unicidade das chaves utilizadas no relacionamento.

c) eliminar previamente os pagamentos repetidos de um mesmo fornecedor, pois a existência de múltiplas transações associadas à mesma chave representa obrigatoriamente uma duplicidade indevida.

d) utilizar uma junção cruzada (CROSS JOIN) para relacionar pagamentos e fornecedores, pois essa operação identifica automaticamente as correspondências entre as chaves e elimina os registros inconsistentes.

e) substituir o cruzamento das bases por gráficos de distribuição, pois as ferramentas de visualização permitem identificar diretamente as correspondências entre registros sem a necessidade de relacionar os dados.

41. Uma organização utiliza uma solução de Business Intelligence (BI) para acompanhar indicadores de desempenho provenientes de sistemas financeiros, administrativos e operacionais. Durante a implantação, a equipe identifica diferenças na nomenclatura dos campos e nos critérios de cálculo dos indicadores entre os sistemas. Para garantir análises consistentes, a medida mais adequada consiste em

a) conectar os sistemas diretamente aos dashboards, sem realizar transformações nos dados, pois as ferramentas de BI identificam automaticamente diferenças semânticas e padronizam os indicadores utilizados.

b) substituir os sistemas transacionais por ferramentas de BI, pois estas são responsáveis pelo registro das operações diárias e pela manutenção das transações que originam os indicadores gerenciais.

c) armazenar os dados de cada sistema em repositórios independentes e impedir sua integração, pois a separação das fontes elimina divergências nos critérios de cálculo e garante a comparabilidade dos resultados.

d) estabelecer regras de integração e padronização dos dados, definir critérios uniformes para o cálculo dos indicadores e disponibilizar informações consolidadas para análise, preservando a rastreabilidade das fontes utilizadas.

e) priorizar exclusivamente a apresentação gráfica dos resultados, pois a qualidade visual dos dashboards é suficiente para assegurar a confiabilidade das informações e a consistência das análises gerenciais.

42. Uma instituição pública utiliza técnicas de Analytics para analisar o aumento das despesas operacionais. Após identificar os setores com maiores variações de gastos, a equipe pretende investigar os fatores associados a essas mudanças e avaliar possíveis medidas para otimizar a utilização dos recursos. Considerando as diferentes abordagens de Analytics, a aplicação adequada dessas técnicas consiste em

a) utilizar a análise descritiva para determinar as causas das variações de despesas, pois essa abordagem identifica automaticamente os fatores responsáveis pelos resultados observados.

b) aplicar a análise preditiva para estabelecer diretamente as medidas de redução de custos que devem ser adotadas, pois sua principal finalidade é recomendar decisões ótimas com base em restrições operacionais.

c) empregar a análise diagnóstica para prever os valores futuros das despesas, utilizando exclusivamente os registros históricos e dispensando a investigação das relações entre as variáveis.

d) utilizar a análise prescritiva apenas para organizar os registros financeiros e apresentar indicadores históricos, pois essa abordagem se limita à descrição dos resultados já observados.

e) combinar a análise diagnóstica para investigar os fatores associados às variações das despesas, a análise preditiva para estimar comportamentos futuros e a análise prescritiva para avaliar e recomendar alternativas de ação, considerando objetivos e restrições da instituição.

43. Um órgão de fiscalização pretende utilizar técnicas de Data Mining para identificar padrões de comportamento em registros de contribuintes. A base de dados contém informações sobre valores declarados, frequência de operações e histórico de pagamentos, mas não possui uma classificação prévia dos contribuintes em grupos de risco. Para identificar perfis com características semelhantes, a técnica mais adequada consiste em

a) aplicar algoritmos de classificação supervisionada, pois esses métodos identificam automaticamente as classes de risco sem a necessidade de exemplos previamente rotulados.

b) utilizar regras de associação para distribuir obrigatoriamente os contribuintes em grupos mutuamente exclusivos, pois essa técnica determina a similaridade entre registros por meio de medidas de distância.

c) empregar algoritmos de agrupamento (clustering), que permitem identificar conjuntos de contribuintes com características semelhantes, sem exigir rótulos previamente definidos, possibilitando a análise posterior dos perfis encontrados.

d) aplicar exclusivamente técnicas de regressão linear, pois esses modelos são destinados à formação de grupos de registros semelhantes e dispensam a definição de uma variável dependente.

e) utilizar algoritmos de classificação para atribuir automaticamente categorias definitivas de irregularidade aos contribuintes, pois a identificação de padrões estatísticos comprova a existência de infrações fiscais.

44. Um órgão público utiliza técnicas de Web Scraping para coletar informações disponíveis em páginas de diferentes portais institucionais. Durante a execução, a equipe identifica que alguns dados são carregados dinamicamente por JavaScript e que alterações na estrutura HTML das páginas provocam falhas na extração. Para aumentar a confiabilidade do processo, a estratégia adequada consiste em

a) utilizar exclusivamente requisições HTTP para obter o código HTML inicial das páginas, pois esse procedimento garante a captura de todos os dados apresentados pelo navegador, inclusive aqueles carregados posteriormente por JavaScript.

b) substituir a extração automatizada por consultas ao DNS, pois esse serviço permite recuperar diretamente o conteúdo das páginas e identificar os elementos HTML que armazenam as informações desejadas.

c) utilizar seletores CSS baseados exclusivamente na posição dos elementos na página, pois essa abordagem impede que alterações na estrutura HTML comprometam a identificação dos dados.

d) executar requisições simultâneas sem limitação de frequência, pois o aumento da quantidade de acessos elimina falhas de extração e garante a disponibilidade dos servidores consultados.

e) verificar a existência de APIs adequadas à coleta, utilizar mecanismos compatíveis com o carregamento dinâmico quando necessário e implementar validações dos dados extraídos, tratamento de falhas e manutenção dos seletores utilizados.

45. Um órgão público pretende modernizar seus serviços digitais, permitindo que informações cadastrais já disponíveis em outros sistemas governamentais sejam utilizadas na análise de solicitações dos cidadãos. Para isso, planeja integrar diferentes bases de dados e automatizar etapas do atendimento. Considerando os princípios da transformação digital e da interoperabilidade na Administração Pública, a medida adequada consiste em

a) centralizar todos os dados governamentais em um único sistema, eliminando os controles de acesso entre os órgãos, pois a interoperabilidade exige o compartilhamento irrestrito das informações.

b) estabelecer mecanismos de interoperabilidade entre os sistemas, com padrões de comunicação e troca de dados, permitindo a reutilização de informações e a automação de procedimentos, observadas as regras de segurança, privacidade e proteção de dados.

c) substituir integralmente os servidores públicos por sistemas automatizados, pois a transformação digital pressupõe a eliminação da intervenção humana em todas as etapas dos processos administrativos.

d) disponibilizar formulários eletrônicos para os cidadãos, mantendo a exigência de apresentação repetida de informações já disponíveis em bases governamentais, pois a digitalização dos documentos caracteriza, por si só, a transformação digital dos serviços.

e) utilizar algoritmos de inteligência artificial para autorizar automaticamente o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos, dispensando a definição de finalidades e a aplicação de controles de segurança.

46. Um órgão público pretende utilizar dados de atendimentos, despesas e indicadores de desempenho para definir prioridades na distribuição de recursos entre suas unidades administrativas. Durante a análise, a equipe identifica diferenças na qualidade das informações e na frequência de atualização dos sistemas utilizados. Para assegurar que as decisões sejam fundamentadas em evidências confiáveis, a medida adequada consiste em

a) priorizar exclusivamente os dados mais recentes, independentemente de sua origem ou qualidade, pois a atualização das informações é suficiente para garantir a confiabilidade das decisões administrativas.

b) utilizar algoritmos de inteligência artificial para definir automaticamente a distribuição dos recursos, dispensando a análise dos gestores, pois decisões orientadas por dados devem eliminar avaliações humanas.

c) estabelecer critérios de qualidade e governança dos dados, integrar informações de diferentes fontes e utilizar indicadores consistentes para subsidiar decisões, considerando também o contexto institucional e os objetivos das políticas públicas.

d) restringir a análise aos registros financeiros, pois os dados de atendimento e os indicadores de desempenho possuem caráter subjetivo e não contribuem para a definição de prioridades administrativas.

e) adotar exclusivamente indicadores históricos para orientar a distribuição de recursos, pois a Administração Pública orientada por dados dispensa a avaliação de mudanças nas demandas sociais e nos objetivos institucionais.

47. Uma instituição pública pretende desenvolver um sistema capaz de identificar solicitações administrativas com maior probabilidade de apresentar inconsistências. Para isso, dispõe de registros históricos que contêm características das solicitações e informações sobre a existência ou não de inconsistências identificadas em análises anteriores. Considerando os fundamentos da Inteligência Artificial e do aprendizado de máquina, a abordagem mais adequada consiste em

a) utilizar aprendizado supervisionado para treinar um modelo de classificação com os registros históricos rotulados, avaliando seu desempenho em dados não utilizados no treinamento antes de aplicá-lo a novas solicitações.

b) utilizar aprendizado não supervisionado para treinar um modelo de classificação com as categorias previamente conhecidas, pois essa abordagem utiliza os rótulos históricos para determinar as classes dos novos registros.

c) aplicar exclusivamente algoritmos de agrupamento para prever as categorias de inconsistência, pois esses métodos garantem a identificação das classes corretas sem depender de exemplos previamente classificados.

d) utilizar aprendizado por reforço para identificar diretamente as inconsistências nos registros históricos, pois essa abordagem exige que todas as observações sejam previamente classificadas em categorias.

e) treinar um modelo de classificação com todos os registros disponíveis e avaliar seu desempenho exclusivamente sobre os mesmos dados, pois resultados elevados no treinamento garantem sua capacidade de generalização.

48. Uma instituição utiliza um modelo de linguagem de grande porte (LLM) para elaborar respostas a consultas sobre normas e procedimentos administrativos. Durante os testes, a equipe identifica que o modelo produz textos coerentes, mas, em determinadas situações, apresenta referências normativas inexistentes. Para reduzir esse problema, a estratégia mais adequada consiste em

a) aumentar exclusivamente a quantidade de tokens permitidos nas respostas, pois a ampliação do texto gerado impede que o modelo produza informações incorretas ou referências inexistentes.

b) implementar a geração aumentada por recuperação (RAG), permitindo que o modelo consulte documentos institucionais relevantes durante a elaboração das respostas, associada à verificação das referências e à validação dos conteúdos produzidos.

c) utilizar exclusivamente técnicas de ajuste de temperatura para garantir a precisão das referências, pois a redução desse parâmetro elimina a possibilidade de geração de informações não fundamentadas.

d) substituir o modelo generativo por um algoritmo de agrupamento não supervisionado, pois essa técnica permite produzir respostas textuais fundamentadas em documentos normativos sem necessidade de mecanismos adicionais.

e) ampliar o conjunto de instruções do prompt, dispensando a consulta a fontes documentais, pois a especificação detalhada das regras de geração garante que o modelo utilize apenas informações verdadeiras.

49. Um órgão público realiza o tratamento de dados pessoais para executar uma política pública prevista em lei. Durante a implementação do sistema, a equipe responsável identifica a necessidade de compartilhar determinadas informações com outro órgão da Administração Pública. Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o procedimento adequado consiste em

a) solicitar obrigatoriamente o consentimento dos titulares para qualquer operação de tratamento ou compartilhamento de dados pessoais, pois a Administração Pública não pode utilizar outras bases legais.

b) permitir o compartilhamento irrestrito das informações entre órgãos públicos, pois a execução de políticas públicas dispensa a observância dos princípios da finalidade, necessidade e transparência.

c) realizar o tratamento e o compartilhamento dos dados pessoais com fundamento nas hipóteses legais aplicáveis, observando as finalidades públicas específicas, os princípios da LGPD e as condições legais para o uso compartilhado de dados pelo Poder Público.

d) atribuir ao encarregado a condição de controlador dos dados pessoais, pois esse profissional é o responsável por determinar as finalidades e os meios de tratamento das informações utilizadas pela Administração Pública.

e) impedir que os titulares solicitem informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, pois os direitos previstos na LGPD não se aplicam às operações realizadas pelo Poder Público.

50. Um órgão público identifica que uma falha de configuração em seu sistema permitiu o acesso não autorizado a dados pessoais de cidadãos. Após a contenção inicial da falha, a equipe responsável precisa avaliar as consequências do incidente e definir as providências necessárias. Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as boas práticas de segurança da informação, a conduta adequada consiste em

a) avaliar a natureza dos dados envolvidos, a extensão do incidente e os riscos aos titulares, adotando medidas de contenção e mitigação, além de comunicar à ANPD e aos titulares quando o incidente puder acarretar risco ou dano relevante.

b) comunicar obrigatoriamente todos os incidentes de segurança à ANPD e aos titulares, independentemente de sua gravidade ou dos riscos envolvidos, pois a LGPD exige notificação pública para qualquer falha identificada.

c) excluir imediatamente todos os registros afetados pelo incidente, inclusive aqueles necessários à investigação, pois a eliminação dos dados constitui a única medida admitida pela LGPD para impedir novos acessos indevidos.

d) transferir integralmente ao operador a responsabilidade pela comunicação do incidente, pois a LGPD estabelece que somente esse agente de tratamento pode notificar a ANPD e os titulares dos dados.

e) restringir as providências à correção da vulnerabilidade identificada, dispensando a avaliação dos riscos aos titulares quando o acesso indevido ocorrer em sistemas internos da Administração Pública.

ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

Tiago Zanolla

51. Helena, auditora fiscal de uma Secretaria da Fazenda, publica em seu perfil pessoal, num domingo, comentário ofensivo ao chefe do Poder Executivo. A chefia instaura procedimento para apurar a conduta, e Helena alega que o episódio ocorreu fora do expediente e em ambiente privado. Nesse cenário, considerando os fundamentos da ética digital do servidor público, assinale a alternativa correta.

a) A apuração é indevida, porque, encerrado o expediente, a separação entre vida pública e vida privada do servidor volta a ser integral, o que impede a Administração de examinar manifestações feitas em perfil pessoal.

b) A apuração só seria admissível se a publicação tivesse sido feita durante o expediente, a partir de equipamento da repartição, pois o vínculo funcional do servidor se limita ao horário de trabalho e ao espaço físico do órgão, e não alcança o ambiente digital.

c) A Administração pode apurar a conduta mesmo fora do expediente, especialmente quando a publicação afeta a reputação profissional do servidor ou a imagem da instituição, já que a identidade funcional o acompanha no espaço público digital.

d) A liberdade de expressão assegurada pela Constituição é garantia absoluta e afasta qualquer apuração administrativa de manifestação em rede social.

e) A apuração compete exclusivamente ao Poder Judiciário, pois a Administração não tem competência para examinar condutas praticadas fora da repartição.

52. Acerca da relação entre o Código de Ética e o Regime Disciplinar do servidor, e considerando as disposições da teoria sobre padrões de conduta ética na gestão pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O Código de Ética, por ter natureza preventiva e orientadora, dispensa o Regime Disciplinar, de modo que a existência de um instrumento torna desnecessária a do outro.

b) O Código de Ética estabelece padrões de comportamento baseados em valores e princípios morais e funciona como uma bússola que orienta as decisões do servidor de maneira proativa.

c) O Regime Disciplinar é mais restritivo e punitivo, voltado ao cumprimento de regras e às penalidades aplicáveis a quem as desobedece.

d) Os dois instrumentos têm naturezas e objetivos distintos, mas se complementam na promoção do bem comum.

e) O Código de Ética incentiva o servidor a agir de forma ética e moralmente responsável, inclusive em situações que não estão explicitamente contempladas pelo Regime Disciplinar.

53. Tomás, auditor fiscal convidado a palestrar em uma escola pública, explica aos estudantes o conceito de cidadania a partir do modelo de T. H. Marshall. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre ética e cidadania, assinale a alternativa que traz explicação correta.

a) Na experiência inglesa descrita por Marshall, a dimensão civil, que compreende o direito de votar e ser votado, foi a última a se consolidar, já no século XX.

b) A dimensão política compreende o direito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, incluindo saúde, educação, previdência e moradia, e encontra fundamento no art. 6º da Constituição.

c) A cidadania contempla os aspectos civil, político e previdenciário, e a ordem histórica de surgimento descrita por Marshall constitui regra aplicável a todos os países.

d) Apenas a dimensão civil integra a cidadania, porque somente ela se refere à liberdade individual, o que exclui do conceito os direitos políticos e sociais.

e) A dimensão social abrange o direito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, como saúde, educação, previdência e moradia, e a sequência civil, política e social descreve a formação histórica na Inglaterra.

54. Camila, servidora da área de compras de uma Secretaria da Fazenda, redige as especificações de um edital de modo que somente uma empresa específica consiga atendê-las. Camila não recebe nenhuma vantagem financeira por isso. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre fatores e fenômenos que caracterizam ações antiéticas, assinale a alternativa correta.

a) Não há conduta antiética, pois a ausência de benefício financeiro direto à servidora afasta a caracterização do favorecimento.

b) Há favorecimento, versão sofisticada da família do nepotismo, pois a identidade de quem será beneficiado influi na decisão antes da análise dos méritos, ainda que a servidora não obtenha vantagem direta.

c) A conduta se enquadra exclusivamente na captura regulatória, fenômeno em que o regulado passa a dominar o regulador.

d) A conduta só seria antiética se configurasse nepotismo, tema disciplinado pela Súmula Vinculante 13, que trata do direcionamento de licitação.

e) Trata-se de zona cinzenta ética, hipótese em que os critérios binários bastam para a análise, o que dispensa qualquer protocolo de decisão.

55. Paulo, servidor do setor de licitações de uma Secretaria da Fazenda, ouve do chefe duas sugestões: abrir as propostas de um certame em sessão reservada, para ganhar tempo, e reorganizar o modo de conduzir a rotina interna de protocolo, para torná-la mais ágil. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre regras imperativas e regras constitutivas, assinale a alternativa correta.

a) Ambas as sugestões podem ser adotadas livremente, pois as regras imperativas e as constitutivas oferecem o mesmo espaço para interpretação e desvio por parte do servidor.

b) A sessão reservada seria admissível se trouxesse ganho de eficiência, porque a regra imperativa estabelece apenas padrões máximos de conduta, que o servidor pode flexibilizar conforme as circunstâncias.

c) A reorganização da rotina de protocolo exigiria o mesmo rigor da regra imperativa, pois o desvio de uma regra constitutiva acarreta, por si só, reprimenda e ação judicial.

d) A abertura em sessão pública é regra imperativa, não negociável, enquanto o modo de conduzir a rotina interna é regra constitutiva, que deixa espaço para adaptação e inovação.

e) A regra imperativa define o “como” das operações e a constitutiva determina o que “deve ser” feito, de modo que a exigência de sessão pública seria regra constitutiva.

56. Considerando as disposições da teoria sobre sigilo profissional, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao que a teoria afirma.

a) O sigilo profissional tem previsão constitucional no art. 5º, incisos XIII e XIV, da CF/88, que assegura o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.

b) A violação do sigilo profissional só ocorre quando o profissional divulga informação confidencial mediante contraprestação, sendo irrelevantes a falta de consentimento e a falta de justificativa legal ou ética válida.

c) O sigilo protege a privacidade e os direitos individuais, evitando a divulgação não autorizada de informações pessoais sensíveis que possam prejudicar a reputação ou a segurança das pessoas.

d) A violação pode acarretar consequências profissionais, como sanções disciplinares impostas por órgãos reguladores ou associações profissionais.

e) Na administração pública, ética e sigilo se ligam pela noção de responsabilidade: o servidor deve proteger as informações confidenciais de divulgação não autorizada.

57. Considerando as disposições da teoria sobre ética e cidadania, analise as afirmativas a seguir. I. Na cidadania passiva, o Estado concede os direitos e o cidadão apenas os recebe, em uma relação vertical. II. A Constituição de 1988 optou pela cidadania ativa ao dispor, no parágrafo único do art. 1º, que todo o poder emana do povo. III. O Brasil é uma democracia direta, na qual plebiscito, referendo e iniciativa popular são a regra, e a representação é a exceção. IV. A ação popular permite que qualquer cidadão proponha ação para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Está correto o que se afirma em

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

58. Danilo, servidor de um órgão público, discorda de uma decisão interna da gestão e publica em rede social um documento confidencial do órgão, convicto de que age em nome da transparência. Nesse cenário, considerando os fundamentos da ética digital do servidor público, assinale a alternativa correta.

a) O dever de sigilo funcional não admite exceções fundadas em juízo pessoal, e o vazamento pode configurar infração administrativa grave, crime do art. 325 do Código Penal e responsabilidade civil.

b) A finalidade de promover transparência afasta o dever de sigilo funcional, desde que o servidor tenha convicção sincera de que a divulgação atende ao interesse público.

c) A conduta repercute apenas na esfera administrativa, ficando afastadas as responsabilidades criminal e civil, que exigiriam divulgação com finalidade de lucro.

d) Para manifestar a discordância, o servidor não dispõe de canais internos adequados, restando-lhe a divulgação pública como único meio, já que o recurso administrativo e a comissão de ética não são instâncias apropriadas.

e) O vazamento constitui infração de natureza leve, que não pode ensejar demissão, porque a divulgação decorreu de discordância legítima com a gestão.

59. Beatriz, gerente de uma unidade fiscal, passa a atribuir a um subordinado, de forma reiterada, tarefas sem relevância, a expor seus erros em reuniões e a ignorar suas manifestações, sem nunca proferir um xingamento. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre fatores e fenômenos que caracterizam ações antiéticas, assinale a alternativa correta.

a) Não há assédio moral, porque a configuração exige xingamento explícito dirigido à vítima.

b) O assédio moral só se configura quando a conduta é dirigida a servidor de cargo equivalente ou superior ao do agente.

c) A conduta constitui exclusivamente ato de improbidade que causa lesão ao erário, previsto no art. 10 da Lei 8.429/92, e não infração administrativa.

d) Trata-se de infração administrativa de natureza leve, pois o assédio moral só alcança gravidade quando acompanhado de abuso de autoridade.

e) Há assédio moral: comportamento repetitivo e sistemático que humilha ou desgasta psicologicamente o subordinado, infração administrativa grave que dispensa xingamento explícito.

60. Considerando as disposições da teoria sobre ética no exercício da autoridade e uso do poder estatal, assinale a alternativa correta.

a) Poder estatal e autoridade são conceitos equivalentes, pois toda capacidade de impor decisões é, por si só, reconhecida pela sociedade como legítima.

b) A autoridade dispensa a ética, pois decorre da capacidade de coerção do Estado, que sustenta a vida em sociedade mesmo quando o poder é visto como ilegítimo.

c) O poder que não é percebido como legítimo permanece autoridade, ainda que se sustente apenas pela coerção, que é suficiente para manter a ordem coletiva.

d) A autoridade é o poder estatal reconhecido e aceito pela sociedade como legítimo, e sem ética o que existe não é autoridade, mas autoritarismo.

e) Os princípios do art. 37 da Constituição têm caráter meramente decorativo para o exercício da autoridade, já que o controle social e a transparência são secundários à democracia.

61. Considerando as disposições da teoria sobre padrões de conduta ética na gestão pública, a respeito da validade do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

a) O ato é válido desde que observe estritamente as normas vigentes, sendo irrelevante a finalidade que ele persegue.

b) O ato é válido quando persegue finalidade legítima voltada ao interesse público, ainda que contrarie as normas vigentes, pois a finalidade prevalece sobre a legalidade.

c) O ato válido equilibra legalidade e finalidade, respeitando as normas vigentes e perseguindo propósito legítimo voltado ao interesse público, em compatibilidade com a moralidade administrativa.

d) A compatibilidade com a moralidade administrativa dispensa o equilíbrio entre legalidade e finalidade, bastando que o agente tenha agido com boa intenção.

e) O limite ético do ato administrativo é o cumprimento da hierarquia formal do órgão, e não a ausência de nocividade social, ainda que o ato tenha implicações sociais.

62. Rogério, secretário-adjunto de uma Secretaria da Fazenda, afirma em reunião que a integridade do órgão é responsabilidade exclusiva da alta administração e que os padrões de ética e conduta só precisam ser verificados em auditorias eventuais. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre ética e função pública: integridade, assinale a alternativa que avalia corretamente a afirmação de Rogério.

a) A afirmação está correta, pois a reputação de cada integrante não se projeta sobre a do órgão, de modo que apenas a cúpula responde pela integridade institucional.

b) A afirmação está incorreta: a integridade da instituição depende de todos os seus integrantes, e os padrões de ética e conduta, como medidas de controle da integridade, devem ser monitorados de forma contínua.

c) A afirmação está parcialmente correta, pois a integridade depende da alta administração e dos servidores efetivos, mas não de terceiros vinculados ao órgão.

d) A afirmação está incorreta, porque, segundo a OCDE, a integridade pública consiste em fazer prevalecer os interesses privados quando houver consenso entre os integrantes da instituição.

e) A afirmação está incorreta quanto ao monitoramento, que deve ocorrer em auditorias anuais, mas correta quanto à responsabilidade exclusiva da alta administração.

63. Fábio, auditor fiscal, jamais aceita presentes de contribuintes por temer as sanções previstas em lei, mas dispensa a uma empresa grande e a uma pequena pesos distintos em situações objetivamente iguais, sem favorecimento declarado a ninguém. Nesse cenário, considerando as disposições da teoria sobre a conduta ética em camadas, assinale a alternativa correta.

a) Fábio opera na primeira camada, o piso legal, em que age bem por temor das consequências, e falha na segunda, porque a impessoalidade exige o mesmo peso para situações objetivamente iguais.

b) Fábio opera na segunda camada, pois quem evita o que a lei proíbe já utiliza os princípios do art. 37 da Constituição como critério real de análise de conduta.

c) Não há problema ético, porque a impessoalidade exige apenas que o servidor não favoreça alguém de forma declarada, o que Fábio nunca fez.

d) Fábio atua apenas na primeira camada, mas esta é a única exigida pela ética pública, sendo as demais recomendações sem relevância para a análise de conduta do servidor.

e) O problema ético só existiria se Fábio fosse pessoalmente desonesto, pois a ética pública avalia exclusivamente a honestidade individual, e não o padrão agregado de suas decisões.

64. Considerando as disposições da teoria sobre ética e cidadania, assinale a alternativa correta.

a) Cidadania é, por definição, a participação do cidadão na gestão, na fiscalização e no controle da administração pública.

b) O efetivo conhecimento dos próprios direitos é indispensável ao exercício da cidadania, de modo que quem os ignora não é cidadão.

c) A cidadania se restringe ao exercício dos direitos políticos, como votar e ser votado, e não alcança os direitos civis e sociais.

d) Cidadania é o conjunto de direitos a que o indivíduo está sujeito em sua relação com a sociedade e com o Estado, sem a correspondente imposição de deveres.

e) Participar da gestão, fiscalizar e controlar a administração são formas de exercer a cidadania, mas não a definem, e a falta de conhecimento dos próprios direitos não configura falta de cidadania.

65. Lúcia, servidora da área de políticas públicas, publica em sua rede social uma crítica fundamentada a uma portaria do ministério responsável pela matéria, argumentando que a medida é ineficaz e prejudicial aos cidadãos. Nesse cenário, considerando os fundamentos da ética digital do servidor público, assinale a alternativa correta.

a) Toda crítica pública a políticas do governo é vedada ao servidor, pois o dever de lealdade do art. 116 da Lei 8.112/1990 impõe adesão incondicional a governos e governantes.

b) Lúcia exerce direito de liberdade de expressão, mas a licitude da crítica depende de fatores como tom e linguagem, identificação como servidora, impacto institucional e tentativa prévia de canais internos.

c) A liberdade de expressão do servidor é direito absoluto, de modo que a crítica não pode ser objeto de ponderação com outros valores constitucionais.

d) O único critério relevante é o conteúdo técnico da crítica, sendo irrelevantes o tom empregado, a identificação funcional e o impacto sobre a confiança pública na instituição.

e) O art. 5º, IV, da Constituição assegura a livre manifestação do pensamento e permite o anonimato, o que dispensa o servidor de qualquer cautela ao criticar a Administração.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

66. O Tratado de Madri é frequentemente apresentado como o marco da delimitação das fronteiras meridionais do Brasil. No entanto, sua execução no extremo sul gerou um conflito que teve desdobramentos diretos sobre a política indigenista e sobre a presença jesuítica na América portuguesa. Considerando os termos do acordo e seus efeitos, é correto afirmar que:

a) O tratado consolidou o princípio do uti possidetis, mas manteve Portugal na posse da Colônia de Sacramento, cedendo à Espanha apenas a margem oriental do rio Uruguai, o que explica a ausência de conflitos na região missioneira

b) A troca prevista no acordo — Sacramento para a Espanha e Sete Povos para Portugal — foi aceita pelos guaranis das missões, que se retiraram pacificamente sob orientação dos jesuítas espanhóis, restando o conflito apenas entre as coroas ibéricas.

c) O acordo transferiu os Sete Povos das Missões para Portugal em troca da Colônia de Sacramento, mas a recusa dos jesuítas e dos guaranis em abandonar o território desencadeou as Guerras Guaraníticas, episódio que reforçou o argumento antijesuítico usado por Pombal para expulsar a ordem.

d) O tratado foi revogado em 1761 e restaurado integralmente pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), que devolveu os Sete Povos a Portugal e garantiu a Portugal a posse definitiva da Ilha de Santa Catarina.

e) A assinatura do Tratado de Madri decorreu da necessidade de conter o avanço bandeirante sobre as missões espanholas, razão pela qual Portugal cedeu Sacramento sem qualquer compensação territorial na região sul.

67. A fundação de São Pedro de Alcântara, em 1º de março de 1829, é frequentemente tratada como marco inaugural da colonização alemã em Santa Catarina. Sobre essa colônia, é correto afirmar que:

a) A colônia resultou de iniciativa privada de uma sociedade de colonização sediada em Hamburgo, que adquiriu as terras do Império e as revendeu a colonos, modelo que seria depois replicado em Joinville e Blumenau.

b) A colônia foi criada por iniciativa do governo imperial, como parte da política de ocupação de áreas isoladas, e recebeu sobretudo imigrantes católicos vindos de Bremen; apesar de ser a primeira colônia alemã do estado, não alcançou o desenvolvimento de núcleos posteriores como Blumenau, Joinville e Brusque.

c) A colônia foi fundada por Hermann Blumenau em 1829, com colonos protestantes da Pomerânia, e tornou-se o principal polo industrial do Vale do Itajaí no século XIX.

d) A colônia recebeu exclusivamente militares desmobilizados da Legião Alemã, sem participação de famílias de imigrantes, o que explica seu caráter estritamente militar e sua posterior extinção.

e) A colônia foi instalada no oeste catarinense, às margens do rio Uruguai, com o objetivo de conter o avanço argentino na região de fronteira, e por isso permaneceu isolada até o século XX.

68. A Colônia Dona Francisca, origem de Joinville, apresenta uma lógica de implantação distinta da de São Pedro de Alcântara. Sobre sua criação e funcionamento, é correto afirmar que:

a) A colônia nasceu de um dote nupcial, pois as terras foram concedidas ao príncipe de Joinville e à princesa Francisca Carolina por ocasião do casamento, em 1843, e a colonização foi viabilizada por contrato com uma sociedade colonizadora de Hamburgo, que trouxe imigrantes majoritariamente protestantes.

b) A colônia foi criada diretamente pelo Império, que distribuía lotes gratuitos a famílias católicas, e recebeu o nome de Joinville em homenagem ao imperador D. Pedro II.

c) A colônia foi fundada em 1829 por imigrantes italianos vindos do Tirol, que introduziram a viticultura na região nordeste da província.

d) A colônia foi implantada no Vale do Itajaí-Açu por Hermann Blumenau, que a vendeu ao Império em 1860, quando então passou a se chamar Joinville.

e) A colônia fracassou economicamente e foi extinta antes de 1860, sendo suas terras redistribuídas a colonos açorianos remanescentes da Ilha de Santa Catarina.

69. A imigração italiana em Santa Catarina é correto afirmar que:

a) A imigração italiana iniciou-se na década de 1830, com a fundação da Colônia Nova Itália, no Vale do Itajaí.

b) A imigração italiana concentrou-se no sul do estado a partir da década de 1870, com a instalação de uma comissão demarcatória no vale do rio Tubarão em 1877 e a fundação de Azambuja e Urussanga.

c) A imigração italiana foi dirigida exclusivamente ao oeste catarinense, onde os colonos implantaram monoculturas de soja e café voltadas à exportação no século XIX.

d) A imigração italiana foi promovida pelo Império com o objetivo de substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café do litoral catarinense, o principal polo cafeeiro do Sul.

e) A imigração italiana em Santa Catarina ocorreu apenas após 1940, com a atuação da empresa colonizadora Barth, Benetti e Cia. Ltda., que trouxe colonos diretamente da península itálica.

70. O conjunto de fortificações da Ilha de Santa Catarina é um dos principais bens patrimoniais do estado. Sobre essas edificações é correto afirmar que:

a) A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, construída a partir de 1739, integrava o triângulo defensivo da Barra Norte da Ilha e, durante a Revolução Federalista serviu de prisão política, tendo sido palco de execuções sumárias de presos sob ordens do Coronel Moreira César.

b) A Fortaleza de São José da Ponta Grossa foi construída no século XIX, após a Guerra do Paraguai, e tinha como função exclusiva a defesa contra a invasão argentina na região do Prata.

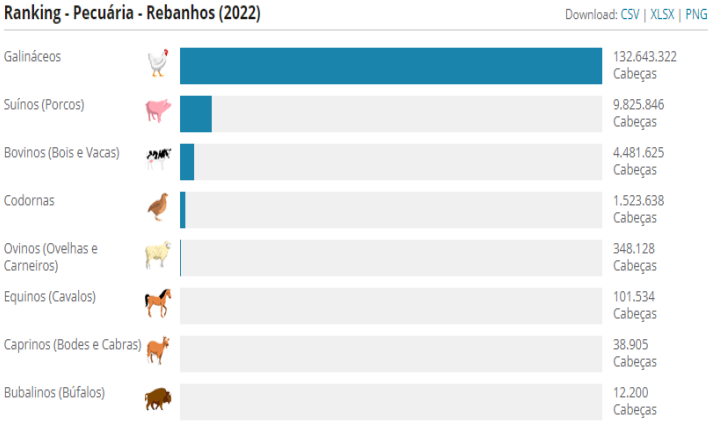
c) A Fortaleza de Santo Antônio de Ratones localiza-se na Ilha de Santa Catarina, no atual município de Florianópolis, e é a única das fortalezas que não integra o Conjunto de Fortificações Brasileiras indicado à UNESCO.

d) As três fortalezas da Baía Norte foram construídas por ordem do Marquês de Pombal em 1777, imediatamente após a invasão espanhola da Ilha, como resposta direta ao Tratado de Santo Ildefonso.

e) A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é a menor das fortificações da Ilha e a menos visitada, tendo perdido sua função militar ainda no século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri.

71. Santa Catarina é o maior produtor e exportador nacional de carne suína. São 10 mil criadores integrados às agroindústrias e independentes, que produzem anualmente cerca de 850 mil toneladas de carne suína. Com um rebanho efetivo estimado em sete milhões de cabeças, Santa Catarina é responsável por aproximadamente 27% da produção nacional de carne suína e por 35% das exportações brasileiras. (Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina, adaptado.)

O texto acima, publicado pela Secretaria de Estado da Agricultura, descreve o desempenho da suinocultura catarinense. Os dados oficiais do IBGE para o mesmo período, porém, registram efetivo de rebanho superior ao mencionado no texto.



Sobre a estrutura produtiva do setor primário catarinense e sua relação com a estrutura fundiária do estado, analise as afirmativas:

I. A competitividade internacional da suinocultura e da avicultura catarinenses está associada à certificação sanitária, condição que permitiu ao estado acessar mercados exigentes como Hong Kong e Coreia do Sul.

II. A predominância de pequenas propriedades familiares no estado é um obstáculo à expansão da agroindústria de carnes, razão pela qual o modelo de integração vem sendo substituído por latifúndios monocultores voltados à exportação.

III. Santa Catarina é o estado que proporcionalmente mais utiliza os recursos do PRONAF no país, o que se explica pelo fato de 87% dos estabelecimentos agropecuários ativos economicamente serem classificados como de agricultura familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

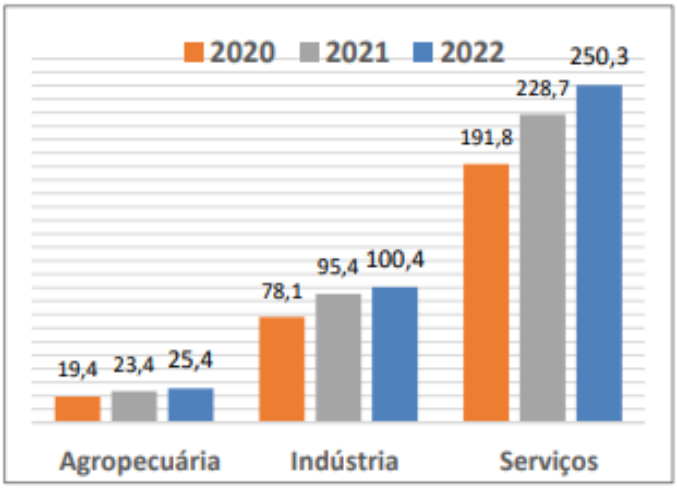
b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) III, apenas.

72. O setor da Indústria (8,4%) foi o que teve a maior variação em volume no PIB entre 2020 e 2021, com crescimento maior que o dos Serviços (6,0%), porém a maior participação na composição do valor adicionado bruto catarinense em 2021 permanece sendo o do setor de Serviços (65,8%). As atividades dos serviços totalizaram R$ 228,7 bilhões em 2021. (IBGE/Secretaria de Estado do Planejamento de SC, Boletim Econômico, 2023, adaptado).



O setor industrial cresceu mais em volume, mas o setor de serviços manteve a maior fatia do valor adicionado. Sobre a estrutura setorial da economia catarinense, analise as afirmativas:

I. A economia catarinense é fortemente terciarizada, concentrando no setor de serviços a maior parte dos trabalhadores, inclusive na informalidade, embora os empregos formais se concentrem na indústria.

II. A participação da indústria de transformação no PIB catarinense é a maior entre todas as unidades da federação, o que contradiz a leitura de que o estado é predominantemente terciário.

III. O processo de terciarização catarinense teve seu pico nas décadas de 1970 e 1980, impulsionado pela modernização do campo, mas o setor terciário atual se distingue do período anterior pela maior qualificação da oferta.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

e) III, apenas.

73. A construção de grandes usinas hidrelétricas no Oeste catarinense transformou a paisagem e a vida de milhares de famílias, pois entre os impactos está o deslocamento forçado da população, como para a construção da UHE Itá, no rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul, entre Itá (SC) e Aratiba (RS).

A UHE Foz do Chapecó, também no rio Uruguai, entre Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS), entrou em operação em 2010. Já a UHE Machadinho, no rio Pelotas, entre Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS), opera desde 2001. Juntas, essas três usinas afetaram cerca de 7.350 famílias de camponeses, ribeirinhos e indígenas, e o Oeste catarinense concentra 49% da potência hidrelétrica do estado.

Sobre os efeitos ambientais e sociais da matriz hidrelétrica em Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. O barramento altera a dinâmica de vazões, podendo modificar o comportamento das cheias a jusante e aumentar a emissão de gases do efeito estufa.

II. A UHE Itá está localizada no rio Uruguai, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e sua instalação provocou a submersão da cidade velha de Itá, exigindo a construção de uma nova cidade.

III. A UHE Machadinho é a única das três grandes usinas do Oeste catarinense que não está no rio Uruguai, operando no rio Pelotas, afluente do Uruguai.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) II, apenas.

74. O desmatamento em Santa Catarina está concentrado na Mata Atlântica, e os principais vetores são a agropecuária e a expansão urbana. A Mata Atlântica abriga as formações vegetais catarinenses, entre elas a Mata de Araucária, predominante no planalto.

Sobre a fitogeografia e a conservação em Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. A Mata de Araucária, Floresta Ombrófila Mista, integra o bioma Mata Atlântica e é caracterizada como homogênea, aciculifoliada e decídua, tendo perdido território para a expansão da fronteira agrícola e para o interesse econômico na própria araucária.

II. A Floresta Estacional Decidual, também chamada de Mata Subtropical, ocupa cerca de 16% do território catarinense, situa-se entre 150 e 800 m de altitude e se estende ao longo dos afluentes do rio Uruguai.

III. Os manguezais catarinenses, formações heliófilas de raízes aéreas, concentram-se na foz do Rio Palmital e apresentam hoje a maior extensão preservada entre as formações vegetais do estado, em razão das restrições legais incidentes sobre a zona costeira.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

75. De acordo com o IBGE, Santa Catarina foi o principal destino de migrantes interestaduais no país. O estado recebeu 503.580 novos moradores entre 2017 e 2022. Ao descontar os índices de emigrantes, ou seja, pessoas que deixaram o território no mesmo período, o ganho populacional foi de 354 mil pessoas, um acréscimo de 4,6%. (IBGE, Censo 2022)

O saldo migratório positivo tem sido decisivo para o crescimento populacional catarinense, num contexto de queda da fecundidade. Sobre a dinâmica demográfica de Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. O crescimento vegetativo catarinense está em ritmo decrescente, em razão da queda da fecundidade, que se encontra abaixo da taxa de reposição populacional de 2,1 filhos por mulher.

II. Até o Censo 2010 predominavam migrações intrarregionais e inter-regionais vindas do Sudeste; dados do Censo 2022 e levantamentos mais recentes indicam que o Pará ocupa a quarta posição entre as origens da população catarinense.

III. O aumento populacional acelerado tem pressionado a infraestrutura sanitária e de transportes, mas Santa Catarina mantém uma das menores proporções de população residente em favelas do país, cerca de 1,4%.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

e) III, apenas.

76. O estado de Santa Catarina é considerado um dos mais vulneráveis a desastres naturais no Brasil, com um alto índice de população exposta ao risco, especialmente devido a deslizamentos de terra e inundações. As enchentes podem ser evitadas pelo planejamento urbano, por exemplo, respeitando as áreas dos leitos dos mananciais urbanos.

A ocupação desordenada de várzeas e encostas tem ampliado a vulnerabilidade urbana no estado. Sobre a relação entre urbanização e riscos ambientais em Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. A impermeabilização do solo urbano reduz a infiltração e amplia o escoamento superficial, de modo que as enchentes no Vale do Itajaí estão mais associadas ao planejamento urbano deficiente do que ao volume de chuvas.

II. A metropolização catarinense foi tão intensa quanto a das demais regiões brasileiras, pois a mecanização agrícola expulsou massas rurais e concentrou a população em grandes aglomerados urbanos.

III. A proliferação de ocupações em Áreas de Proteção Ambiental urbanas e em encostas de morros agrava problemas sanitários e de escoamento, associando-se ao desmatamento e ao assoreamento de cursos d'água.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e III.

b) I e II.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

77. Desde o estudo regiões de influência das cidades, REGIC, em 2018, é que Florianópolis foi considerada uma metrópole de grau C. A capital é ofuscada pelas numerosas capitais regionais no interior. Em apenas dois estados brasileiros a capital não é a maior cidade: Santa Catarina, cuja maior cidade é Joinville, e o Espírito Santo, cuja maior cidade é Serra. Nos dois casos a capital é de origem insular. Sobre a regionalização e a hierarquia urbana de Santa Catarina, analise as afirmativas:

I. Um dos fatores que levam a Florianópolis ser superada em tamanho por Joinville é seu caráter insular.

II. A existência de múltiplos centros intermediários se traduz em reduzidos índices de deslocamento para compra de vestuário e calçados e 45 km para acesso ao ensino superior.

III. a RMF apresentou crescimento de mais de 40% em relação a 2010, com destaque para Palhoça, que registrou a maior taxa de crescimento. São José, Palhoça e Biguaçu são os municípios que puxaram o crescimento da região.

Está correto o que se afirma em:

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II, apenas

e) I, II e III.

78. O povoamento açoriano no litoral catarinense (1748-1756) tinha tudo para dar certo, mas o abandono dado aos casais fez com que a empreitada desse errado. Os primeiros colonos se dedicaram a produtos impostos pela Coroa, no caso algodão e cânhamo. A análise desse processo permite concluir que:

a) O fracasso da colonização açoriana decorreu da inadaptação dos casais ao clima subtropical, uma vez que os açorianos desconheciam as técnicas agrícolas necessárias ao cultivo em solos catarinenses.

b) A política de povoamento açoriano atendeu simultaneamente a dois interesses da Coroa: o esvaziamento do arquipélago atingido por um terremoto e a ocupação estratégica do Sul.

c) O insucesso da empreitada açoriana foi resultado da resistência dos paulistas de São Francisco do Sul, que ocuparam as melhores terras e expulsaram os casais recém-chegados.

d) A colonização açoriana fracassou porque a Coroa proibiu o casamento entre açorianos e indígenas, impedindo a formação de uma população estável no litoral e inviabilizando a transmissão das propriedades entre gerações.

e) O povoamento açoriano não pode ser considerado fracassado, pois os casais permaneceram nas terras até o fim do século XVIII, dedicando-se com sucesso ao cultivo de algodão e cânhamo, que se tornaram a base econômica do litoral catarinense.

79. Diferente do que ocorreu no RS, que a imigração foi promovida pelo governo, em SC foi principalmente a iniciativa privada. Na colonização do Extremo Oeste, destaca-se a empresa colonizadora Barth, Benetti e Cia. Ltda. Assinale a alternativa correta:

a) A colonização do Oeste catarinense foi conduzida pelo Império, que distribuía glebas gratuitamente aos colonos, sendo as empresas colonizadoras meras intermediárias administrativas sem participação no lucro da atividade.

b) A exploração madeireira constituiu a atividade mais lucrativa do processo de colonização do Oeste, ainda que o objetivo formal que justificava os incentivos públicos fosse o povoamento das terras.

c) A colonização do Oeste catarinense foi realizada por colonos paranaenses que implantaram monoculturas exportadoras de soja e café, atividade que se consolidou já nas primeiras décadas do século XX.

d) A imigração alemã em Santa Catarina foi promovida pelo Estado imperial nos mesmos moldes do Rio Grande do Sul, com subsídio direto à vinda de colonos e distribuição de lotes sem ônus, o que explica o sucesso das colônias do Vale do Itajaí.

e) A empresa Barth, Benetti e Cia. Ltda, sediada em Caxias do Sul desde sua fundação em 1940, atuou exclusivamente no Rio Grande do Sul, sendo a colonização do Oeste catarinense obra de companhias de imigração europeias.

80. A Guerra do Contestado (1912-1916) ocorreu em uma região de litígio entre Santa Catarina e Paraná, em área atravessada pela estrada de ferro São Paulo–Rio Grande. Sobre as causas e o desenrolar do conflito, é correto afirmar que:

a) O conflito foi motivado por disputas religiosas, sem relação direta com a terra, e terminou com a vitória dos sertanejos e a incorporação ao Paraná da região contestada.

b) O conflito combinou a disputa territorial entre os dois estados, a concentração de terras e a expulsão de posseiros pela empresa ferroviária e por madeireiras, tendo como liderança religiosa a figura do monge José Maria.

c) A Guerra do Contestado foi um movimento separatista que pretendia criar uma república independente nos moldes da Revolução Farroupilha, com apoio oficial do governo catarinense.

d) O conflito teve início com a Revolta da Armada e se encerrou com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que definiu os limites entre Santa Catarina e Paraná.

e) A Guerra do Contestado foi um conflito na zona rural de Florianópolis, motivado pela disputa entre comerciantes locais e caboclos contra a empresa responsável pela estrada de ferro

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

81. Em uma tomada de contas especial, o Tribunal de Contas da União aplicou multa a Clara, gestora de uma autarquia federal. Em processo administrativo distinto, um ministro de Estado indeferiu pessoalmente um pedido apresentado por ela. Clara pretende impetrar um mandado de segurança contra cada ato.

Preenchidos os requisitos de cabimento, de acordo com a Constituição Federal de 1988, os mandados de segurança devem ser processados e julgados originariamente

a) pelo Superior Tribunal de Justiça em ambos os casos, por se tratar de atos de autoridades federais sujeitos à competência originária daquele tribunal.

b) pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao ato do TCU e pelo Superior Tribunal de Justiça quanto ao ato do ministro de Estado.

c) pelo Supremo Tribunal Federal em ambos os casos, em razão da posição constitucional do TCU e do ministro de Estado na estrutura da União.

d) pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao TCU e por juiz federal quanto ao ministro de Estado, em razão da regra geral aplicável às autoridades federais.

e) pelo Superior Tribunal de Justiça quanto ao ato do TCU e pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao ato do ministro.

82. Acerca das medidas provisórias, de acordo com a CF/1988, é correto afirmar

a) As medidas provisórias podem disciplinar matérias reservadas a lei complementar, desde que sua conversão em lei seja aprovada pela maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em votações separadas.

b) O prazo de vigência das medidas provisórias é de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, computando-se normalmente os dias de recesso parlamentar, por se tratar de ato dotado de eficácia imediata.

c) A votação das medidas provisórias pode ser iniciada em qualquer das Casas do Congresso Nacional, conforme decisão da comissão mista responsável pelo exame prévio de seus pressupostos e pela emissão de parecer.

d) Se o Congresso Nacional aprovar projeto de lei de conversão que altere o texto original da medida provisória, esta permanecerá integralmente em vigor até a sanção ou o veto do projeto.

e) A rejeição ou a perda de eficácia da medida provisória obriga o Congresso Nacional a editar lei ordinária para disciplinar as relações jurídicas produzidas durante sua vigência.

83. Leandro, servidor público estável, teve sua demissão invalidada por sentença judicial transitada em julgado. Seu cargo encontra-se ocupado por Rafael, também estável, que anteriormente exercia outro cargo público.

Nessas circunstâncias, conforme a CF/1988, Leandro deverá

a) ser posto em disponibilidade até surgir vaga, preservando-se a permanência de Rafael no cargo, pois a estabilidade do atual ocupante impede sua retirada para o cumprimento de decisão favorável a outro servidor.

b) retornar ao cargo, enquanto Rafael será exonerado sem indenização, pois a estabilidade do atual ocupante não produz efeitos quando a investidura anterior é restabelecida por decisão judicial.

c) ser reintegrado, enquanto Rafael poderá ser reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

d) retornar ao cargo, enquanto Rafael deverá ser obrigatoriamente posto em disponibilidade com remuneração integral, pois a Constituição impede a recondução de servidor estável quando o deslocamento decorrer de reintegração judicial.

e) ser reintegrado somente após a criação de cargo equivalente para Rafael, que terá assegurada a permanência no cargo atual enquanto não houver vaga compatível com a remuneração e as atribuições anteriormente exercidas.

84. Acerca da legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, é correto afirmar

a) O Governador de Estado pode impugnar qualquer lei federal ou estadual, independentemente de relação com os interesses do ente que representa, pois sua legitimidade decorre diretamente da Constituição e dispensa pertinência temática.

b) A Mesa do Congresso Nacional possui legitimidade para propor ADI, em substituição às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que não podem ajuizar a ação de maneira autônoma.

c) O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da OAB podem propor ADI perante o STF, desde que a norma impugnada esteja relacionada ao exercício da advocacia ou aos interesses profissionais de seus inscritos.

d) O diretório regional de partido político com representação no Congresso Nacional pode ajuizar ADI contra lei do respectivo Estado, pois a abrangência territorial da norma determina o órgão partidário competente para propor a ação.

e) O partido político com representação no Congresso Nacional pode propor ADI, bastando possuir parlamentar em uma das Casas e sendo dispensável demonstrar pertinência temática entre a norma impugnada e seus objetivos partidários.

85. Em concurso estadual com cinco vagas para o cargo de auditor, Inês foi aprovada em quinto lugar. Caio ficou em sexto, no cadastro de reserva. Durante a validade do certame, o estado nomeou os quatro primeiros colocados e publicou novo edital para o mesmo cargo. Caio passou a exigir sua nomeação com base apenas na abertura do novo concurso.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) Inês tem direito subjetivo à nomeação durante a validade do certame, e Caio conserva a expectativa de direito diante da simples publicação de novo edital.

b) Inês e Caio adquirem direito subjetivo à nomeação, pois a abertura de novo concurso, durante a validade do anterior, demonstra por si só a necessidade de preencher todos os cargos ofertados.

c) Inês e Caio têm mera expectativa de direito até que a administração decida convocá-los, pois o edital apenas indica uma estimativa de vagas.

d) Inês pode exigir nomeação imediata após a abertura do novo concurso, embora Caio mantenha mera expectativa enquanto não demonstrada preterição.

e) a publicação do novo edital encerra a prioridade dos candidatos do concurso anterior, cabendo à administração escolher entre Inês, Caio e os aprovados no novo certame.

86. Sobre os princípios e as técnicas de interpretação constitucional, é correto afirmar

a) O princípio da unidade da Constituição permite reconhecer hierarquia entre normas constitucionais originárias, de modo que as regras de organização estatal possam ser afastadas quando incompatíveis com disposições sobre direitos fundamentais.

b) A concordância prática determina que o conflito entre direitos fundamentais seja solucionado pela prevalência abstrata de um deles, afastando-se integralmente a incidência do outro para eliminar contradições constitucionais.

c) A máxima efetividade aplica-se exclusivamente às normas que asseguram direitos fundamentais, não alcançando disposições sobre organização estatal ou finanças públicas, cuja interpretação deve limitar-se ao sentido literal dos dispositivos constitucionais.

d) A interpretação conforme à Constituição pressupõe diferentes sentidos possíveis para a norma legal, permitindo preservar aquele compatível com a Constituição, sem atribuir ao texto significado contrário ao seu sentido inequívoco.

e) A força normativa da Constituição recomenda tratar normas programáticas como orientações políticas desprovidas de obrigatoriedade jurídica, atribuindo eficácia vinculante apenas às disposições que produzam todos os seus efeitos sem regulamentação legislativa.

87. O TCU constatou ilegalidade em contrato administrativo federal e comunicou o fato ao Congresso Nacional para as providências constitucionais. Decorridos noventa dias, nem o Congresso nem o Poder Executivo haviam efetivado as medidas cabíveis.

Nessas circunstâncias, conforme a CF/1988, o TCU

a) deverá aguardar manifestação do Congresso Nacional, pois a atribuição constitucional para sustar contratos exclui qualquer decisão do Tribunal sobre a matéria, mesmo após o decurso do prazo indicado.

b) decidirá diretamente a respeito, pois a inércia do Congresso Nacional ou do Poder Executivo por noventa dias autoriza sua atuação, embora a sustação do contrato caiba inicialmente ao Congresso Nacional.

c) deverá encaminhar o caso ao STF, pois a omissão simultânea do Legislativo e do Executivo transfere ao Poder Judiciário a competência para decidir sobre a sustação do contrato administrativo impugnado.

d) poderá decidir a respeito somente se receber autorização expressa do Congresso Nacional, pois o decurso do prazo constitucional não dispensa a delegação legislativa necessária ao exercício dessa atribuição pelo Tribunal.

e) deverá considerar superada a irregularidade e arquivar a fiscalização, pois a ausência de providências do Congresso Nacional no prazo de noventa dias equivale à aprovação tácita da manutenção do contrato administrativo.

88. De acordo com a Constituição Federal de 1988, quanto à delegação de atribuições do presidente da República, é correto afirmar que

a) o veto a projeto de lei pode ser delegado a ministro de Estado quando fundado em contrariedade ao interesse público.

b) a expedição de decretos e regulamentos para a fiel execução das leis pode ser delegada ao advogado-geral da União, se o ato delimitar as matérias regulamentáveis.

c) o presidente da República pode delegar ao procurador-geral da República a concessão de indulto e a comutação de penas, observados os limites do ato de delegação.

d) o provimento de cargos públicos federais pode ser delegado ao vice-presidente da República, desde que o ato de delegação indique os cargos ou as carreiras abrangidas.

e) a delegação da competência presidencial para conceder indulto exige autorização prévia do Congresso Nacional, ainda que tenha como destinatário um ministro de Estado ou o procurador-geral da República.

89. Em fiscalização tributária realizada durante o dia, agentes ingressaram, sem consentimento do titular e sem ordem judicial, em escritório empresarial não aberto ao público, para examinar documentos. Não havia flagrante delito, desastre ou necessidade de prestar socorro.

Nessas circunstâncias, à luz da CF/1988, a diligência

a) é válida, pois a garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar protege apenas imóveis utilizados como residência, não alcançando escritórios empresariais destinados ao exercício de atividade econômica, ainda que tenham acesso restrito.

b) é válida, pois o horário diurno dispensa ordem judicial para fiscalizações tributárias em estabelecimentos privados, sendo suficiente que os agentes estejam identificados e atuem no exercício regular de suas atribuições.

c) depende de confirmação judicial, pois a reserva de jurisdição pode ser satisfeita depois da diligência, caso a fiscalização demonstre que o ingresso foi necessário à proteção do interesse arrecadatório.

d) seria válida mediante autorização escrita da autoridade fiscal superior, pois o poder de polícia permite substituir a ordem judicial por determinação administrativa fundamentada quando o acesso se destina exclusivamente à fiscalização.

e) é inválida, pois a proteção constitucional alcança o escritório de acesso restrito, e a fiscalização tributária não autoriza o ingresso sem consentimento ou ordem judicial quando ausentes as exceções constitucionais.

90. Sobre a organização constitucional da seguridade social, é correto afirmar

a) A universalidade da cobertura e do atendimento convive com a seletividade e a distributividade na prestação de benefícios e serviços, sem afastar o caráter contributivo constitucionalmente atribuído à previdência social.

b) A assistência social depende de contribuição prévia do beneficiário, embora possa dispensar carência quando demonstrada situação de vulnerabilidade econômica, cabendo à lei definir as hipóteses de atendimento sem recolhimentos anteriores.

c) A administração da seguridade social tem caráter democrático e descentralizado, mediante gestão tripartite com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, sem representação dos aposentados nos órgãos colegiados.

d) O financiamento da seguridade social decorre exclusivamente das contribuições de trabalhadores e empregadores, sendo vedada a utilização de recursos dos orçamentos estaduais e municipais para custear ações de saúde, previdência ou assistência social.

e) A criação de benefícios assistenciais dispensa fonte de custeio total, desde que a lei instituidora demonstre relevante interesse social e preveja a obtenção dos recursos nos exercícios financeiros seguintes.

91. Davi, brasileiro naturalizado, exerce o primeiro mandato de prefeito do Município Alfa e pretende concorrer à reeleição. Sua irmã Beatriz, que nunca exerceu mandato eletivo, pretende disputar uma vaga de vereadora no mesmo município. Davi permanecerá no cargo até o pleito.

Consideradas preenchidas as demais condições de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

a) Davi deve renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito para disputar a reeleição, incidindo sobre Beatriz a inelegibilidade reflexa no município.

b) Davi pode disputar a reeleição, e Beatriz pode concorrer a vereadora por se tratar de cargo legislativo, ainda que ambos concorram no mesmo município.

c) Davi pode concorrer à reeleição sem renunciar ao mandato de prefeito, e Beatriz é inelegível para o cargo de vereadora na mesma circunscrição em razão do parentesco.

d) a condição de brasileiro naturalizado impede Davi de disputar a reeleição, pois a chefia do Poder Executivo em qualquer esfera federativa é privativa de brasileiro nato.

e) a inelegibilidade reflexa alcança apenas o cônjuge e os parentes em primeiro grau, ficando Beatriz apta a concorrer a vereadora ainda que Davi se mantenha no cargo até a eleição.

92. A respeito dos princípios fundamentais da República e da ordem econômica, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

a) a redução das desigualdades sociais e regionais constitui objetivo fundamental da República, razão pela qual fica excluída do rol de princípios da ordem econômica.

b) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República, e a ordem econômica observa a função social da propriedade e a livre concorrência.

c) a propriedade privada é princípio da ordem econômica, e a exigência de cumprimento da função social da propriedade é constitucionalmente admitida apenas em relação aos imóveis rurais.

d) a lei deve reprimir o abuso do poder econômico voltado à dominação de mercados ou à eliminação da concorrência, ficando o aumento arbitrário dos lucros sujeito exclusivamente à autorregulação.

e) empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em sentido estrito podem gozar de privilégios fiscais exclusivos, desde que destinados à promoção do desenvolvimento nacional.

93. O Tribunal de Justiça julgou procedente representação de inconstitucionalidade contra lei municipal que criava cargos em comissão para tarefas exclusivamente burocráticas. O acórdão adotou como parâmetro dispositivo da Constituição estadual que reproduz norma de observância obrigatória da Constituição Federal. O município pretende impugnar a decisão.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) o uso de norma federal de reprodução obrigatória desloca a competência originária para o STF, sendo cabível ação direta de inconstitucionalidade contra a lei municipal.

b) a controvérsia deve ser levada ao Superior Tribunal de Justiça por recurso especial, pois o acórdão aplicou dispositivo da Constituição estadual.

c) o Tribunal de Justiça pode julgar a representação, mas sua decisão é definitiva na via judicial, ainda que o parâmetro reproduza norma federal de observância obrigatória.

d) o recurso extraordinário é cabível, porém a decisão de mérito do STF produzirá efeitos limitados às partes, porque o processo passa a ser subjetivo na instância recursal.

e) cabe recurso extraordinário ao STF, e o julgamento de mérito preserva a natureza objetiva do controle, com eficácia contra todos e efeito vinculante.

94. A respeito das funções essenciais à Justiça, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

a) o Ministério Público pode representar judicialmente entidades públicas quando a medida estiver relacionada à defesa do patrimônio público ou de interesse social indisponível.

b) a Advocacia-Geral da União exerce a consultoria jurídica dos três Poderes federais, com a mesma abrangência constitucional de sua atribuição de representar a União em juízo.

c) os procuradores dos estados são admitidos por concurso de provas e títulos, podendo a participação da Ordem dos Advogados do Brasil ser limitada à fase oral se prevista no edital.

d) a Defensoria Pública da União tem autonomia funcional e administrativa e iniciativa da proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

e) a inviolabilidade do advogado por atos praticados no exercício profissional é absoluta em juízo, embora possa ser limitada por lei em atividades extrajudiciais.

95. O presidente da República vetou integralmente um artigo de projeto de lei federal por considerá-lo inconstitucional. O Congresso Nacional rejeitou o veto, e o dispositivo foi promulgado. Posteriormente, em ação individual, uma turma de Tribunal Regional Federal afastou a aplicação do artigo com fundamento em sua incompatibilidade com a Constituição. A turma decidiu diretamente, sem pronunciamento anterior do plenário ou do órgão especial do tribunal, nem do Plenário do STF sobre a questão.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a Súmula Vinculante nº 10, é correto afirmar que

a) o veto pode ser rejeitado em sessão conjunta pela maioria absoluta de cada Casa, e a turma deve submeter a questão constitucional ao plenário ou ao órgão especial.

b) o veto é apreciado em sessões separadas das Casas, cabendo à turma suscitar a inconstitucionalidade perante o plenário do tribunal ou o órgão especial.

c) o veto é rejeitado pela maioria absoluta de cada Casa, e a turma pode afastar o dispositivo sem suscitar incidente, desde que limite os efeitos às partes do processo.

d) o veto pode ser rejeitado em sessão conjunta por maioria simples, devendo a turma observar a reserva de plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei no caso concreto.

e) o veto é apreciado em sessão conjunta, e a turma pode afastar a aplicação do dispositivo sem incidente se evitar a declaração expressa de inconstitucionalidade no acórdão.

96. Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro e a repartição de competências, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

a) lei ordinária federal pode autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias reservadas privativamente à União, desde que a autorização seja válida para todos os estados.

b) cada território federal elege deputados em número proporcional à sua população, observado o mínimo de oito representantes na Câmara dos Deputados.

c) os municípios podem suplementar a legislação federal e estadual no que couber, mas a prestação de transporte coletivo de interesse local é atribuição reservada aos estados.

d) os estados podem instituir regiões metropolitanas por lei ordinária, desde que a lei preveja a integração de funções públicas de interesse comum entre municípios limítrofes.

e) o Distrito Federal exerce competências legislativas reservadas a estados e municípios, e a União organiza e mantém as polícias civil, penal e militar distritais.

97. Em auditoria sobre os gastos em educação, constatou-se que a União e o Estado Alfa incluíram, nas respectivas bases de cálculo do mínimo para manutenção e desenvolvimento do ensino, parcelas da arrecadação de impostos que transferiram constitucionalmente a outros entes. No mesmo período, a rede estadual recusou a matrícula de uma adolescente de 16 anos que havia concluído o ensino fundamental, sob a alegação de que a oferta de vagas no ensino médio seria apenas uma meta de expansão.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) as parcelas transferidas devem compor a base do ente que arrecada o imposto e ser excluídas da base do ente que as recebe, embora a adolescente tenha direito ao ensino médio gratuito.

b) os pisos são de 18% para a União e 25% para o estado, cabendo a ambos manter as parcelas transferidas em suas bases por se tratar de receita arrecadada em seu território.

c) a União e o estado devem excluir de suas bases as parcelas que transferiram e aplicar os mínimos de 18% e 25%, respectivamente, sendo exigível a vaga no ensino médio.

d) os percentuais mínimos para a União e o estado são de 18% e 25%, respectivamente, mas a matrícula no ensino médio depende de universalização integral da oferta.

e) a União e o estado devem excluir as parcelas transferidas, mas a obrigatoriedade da educação básica termina com a conclusão do ensino fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

98. O Secretário de Estado da Fazenda pretende delegar parte de suas competências ao Diretor de Administração Tributária e, eventualmente, avocar competências de unidades subordinadas. Considerando as normas da Lei federal nº 9.784/1999, aplicáveis por analogia, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) A delegação de competência somente é admitida em favor de órgãos ou titulares hierarquicamente subordinados ao delegante.

b) As decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante, o qual responderá por elas com base na culpa *in eligendo*.

c) Admite-se a avocação de competência atribuída a órgão não subordinado hierarquicamente, desde que haja motivo relevante devidamente justificado e seja do interesse público.

d) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante e pode conter ressalva de exercício da atribuição delegada, sendo que as mencionadas normas legais aplicam-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

e) Contra ato praticado no exercício de competência delegada, o mandado de segurança deve ser impetrado contra a autoridade delegante.

99. Lei estadual atribuiu a sociedade de economia mista, cujo capital social é majoritariamente público e que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial, a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, inclusive com a aplicação de multas. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

a) A delegação é inconstitucional, pois o poder de polícia é indelegável a pessoas jurídicas de direito privado.

b) A delegação seria válida ainda que realizada por contrato administrativo a concessionária privada, desde que precedida de licitação.

c) Considera-se regular o exercício do poder de polícia ainda que desempenhado por órgão incompetente, desde que observado o devido processo legal.

d) Os atos de polícia são dotados de autoexecutoriedade, inclusive a cobrança forçada das multas aplicadas, que independe de processo judicial.

e) A delegação é constitucional, pois o poder de polícia pode ser delegado, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, abrangendo inclusive a fase de sanção, mas não a ordem de polícia

100. Considerando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e as teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, é correto afirmar:

a) A vítima de dano causado por agente público no exercício da função pode optar por ajuizar a ação indenizatória diretamente contra o agente causador, em litisconsórcio facultativo com o Estado.

b) A concessionária de transporte coletivo responde objetivamente pelos danos causados aos usuários do serviço, mas subjetivamente pelos danos causados a terceiros não usuários.

c) O Estado é civilmente responsável, na forma da teoria do risco administrativo, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, e a perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal não é suficiente, por si só, para afastar essa responsabilidade, cabendo ao ente federativo o ônus de demonstrar eventuais excludentes.

d) O Estado sempre responde objetivamente pelos danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, a menos que se comprove a existência de excludentes de responsabilidade estatal.

e) Em caso de morte de detento em estabelecimento prisional, o Estado somente responde se comprovada a culpa individualizada de agente penitenciário

101. Considere as seguintes situações hipotéticas, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

I. Ação de ressarcimento ajuizada pelo Estado contra particular que, conduzindo veículo próprio de forma imprudente, colidiu com viatura oficial, causando-lhe danos. A pretensão estatal é prescritível.

II. Execução de acórdão de Tribunal de Contas que imputou débito a ex-gestor público, por irregularidade na aplicação de recursos de convênio. A pretensão executória é imprescritível, por se tratar de ressarcimento ao erário.

III. Ação de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato doloso de improbidade administrativa, reconhecido judicialmente. A pretensão de ressarcimento é imprescritível.

IV. Ação de indenização movida por particular contra a Fazenda Pública estadual, em razão de dano causado por agente público. Aplica-se o prazo prescricional trienal previsto no Código Civil para a pretensão de reparação civil.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, III e IV.

b) I e III.

c) II e IV.

d) II e III.

e) I e IV

102. Em razão de interpretação equivocada de norma remuneratória pelo setor de pessoal, determinado servidor público passou a receber, de boa-fé, a partir de março de 2019, gratificação indevida, com pagamentos mensais contínuos desde então. Em abril de 2025, a Administração identificou a ilegalidade e pretende anular o ato concessivo.

Considerando a disciplina da Lei federal nº 9.784/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) O direito de anular o ato decaiu, pois, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial de cinco anos conta-se da percepção do primeiro pagamento, ressalvada a comprovada má-fé, e, ademais, o desfazimento de ato do qual já decorreram efeitos concretos deve ser precedido de regular processo administrativo.

b) O direito de anular o ato não decaiu, pois, nos atos de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial renova-se a cada pagamento mensal efetuado ao servidor.

c) A anulação poderá ocorrer a qualquer tempo, pois a Administração não pode convalidar pagamentos indevidos, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público.

d) Tratando-se de vício sanável, a Administração estará obrigada a convalidar o ato, ainda que a convalidação acarrete lesão ao interesse público, em respeito à boa-fé do servidor.

e) A Administração poderá revogar o ato concessivo em razão de sua ilegalidade, com efeitos ex nunc, preservando-se os valores recebidos até a data da revogação

103. Considerando as normas da Constituição Federal sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, aplicáveis, no que couber, aos Tribunais de Contas dos Estados, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) O Tribunal de Contas do Estado pode sustar diretamente a execução de contrato administrativo impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.

b) As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas promover a respectiva execução judicial.

c) Estão sujeitos a registro pelo Tribunal de Contas os atos de admissão de pessoal a qualquer título, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.

d) Na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, o Tribunal de Contas está sujeito ao prazo de cinco anos, contado da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, sendo dispensados o contraditório e a ampla defesa nessa apreciação inicial.

e) O Estado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal

104. Considere as afirmativas abaixo a respeito da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

I. O pedido de acesso a informações de interesse público deve conter a identificação do requerente e a exposição dos motivos determinantes da solicitação, a fim de permitir a análise de sua pertinência.

II. Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação disponível, o órgão deverá atender ao pedido em prazo não superior a 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

III. As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção.

IV. A informação classificada no grau secreto terá seu acesso restrito pelo prazo máximo de 25 anos, contado da data de sua produção.

V. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e IV.

b) II e IV.

c) II, III e V.

d) I, III e V.

e) III, IV e V

105. Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) O ato de improbidade culposo praticado na vigência do texto anterior da lei, sem condenação transitada em julgado, continua punível na modalidade culposa, em razão da irretroatividade da lei nova.

b) Para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, a lei prevê o pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo não superior a quatro anos, sem cominar a suspensão dos direitos políticos.

c) A ação para a aplicação das sanções prescreve em cinco anos, contados do término do exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.

d) Considera-se dolo a mera voluntariedade do agente, sendo suficiente, para a configuração do ato de improbidade, a demonstração de que a conduta foi praticada de forma livre.

e) Interrompida a prescrição, a ação judicial por improbidade administrativa sujeita-se ao prazo máximo de 30 anos de prescrição

106. A Secretaria de Estado da Fazenda pretende contratar, sem licitação, (i) a aquisição de licenças de software fornecidas por representante comercial exclusivo e (ii) a execução de serviços emergenciais para recuperação de sua rede lógica, danificada por descarga elétrica. Considerando a Lei nº 14.133/2021,

a) para a hipótese (i), a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo, vedada a preferência por marca específica, e, em caso de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

b) para a hipótese (ii), o contrato emergencial poderá ter duração de até um ano, contado da ocorrência da emergência, prorrogável por igual período caso persista a situação emergencial.

c) para a hipótese (ii), encerrado o contrato emergencial, admite-se a recontratação da mesma empresa por nova dispensa emergencial, desde que demonstrada a persistência da situação.

d) nas contratações de serviços técnicos especializados por inexigibilidade fundada em notória especialização, admite-se a subcontratação parcial do objeto, desde que autorizada expressamente no contrato.

e) é inexigível a licitação para a contratação de serviços de publicidade e divulgação prestados por empresa de notória especialização, quando demonstrada a singularidade do objeto

107. A respeito da alteração e da extinção dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:

a) As alterações unilaterais podem transfigurar o objeto da contratação, desde que devidamente justificadas pela necessidade de melhor adequação técnica aos objetivos da Administração.

b) No caso de reforma de edifício ou de equipamento, o contratado será obrigado a aceitar acréscimos e supressões de até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

c) A suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a um mês, confere ao contratado o direito à extinção do contrato.

d) Havendo alteração unilateral que aumente os encargos do contratado, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser objeto de processo administrativo autônomo, posterior à formalização do aditivo.

e) O atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração confere ao contratado o direito à extinção do contrato ou, alternativamente, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, ressalvadas as hipóteses de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra

108. A respeito da organização da Administração Pública, considere as afirmativas abaixo.

I. A criação de subsidiária de sociedade de economia mista estadual depende de autorização legislativa, sendo suficiente, segundo o Supremo Tribunal Federal, autorização genérica constante da lei que autorizou a instituição da empresa-matriz.

II. A alienação do controle acionário de sociedade de economia mista exige autorização legislativa e licitação, exigências que, segundo o Supremo Tribunal Federal, não se estendem à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas, desde que garantida a competitividade entre os potenciais interessados e observados os princípios da Administração Pública.

III. A fundação instituída pelo Poder Público submete-se necessariamente ao regime jurídico de direito público, razão pela qual seus empregados admitidos sem concurso até cinco anos antes da promulgação da Constituição Federal são alcançados pela estabilidade especial do art. 19 do ADCT.

IV. Diferentemente do que se aplica às autarquias, a efetiva criação de empresa pública requer a inscrição de seus atos constitutivos no respectivo registro.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I, II e IV.

c) II, III e IV.

d) I e IV.

e) III e IV

109. Considerando as normas constitucionais aplicáveis aos servidores públicos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, independentemente de avaliação especial de desempenho.

b) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização pelo período em que ocupou o cargo.

c) Nos casos de acumulação de cargos autorizada constitucionalmente, como a de dois cargos de professor, a incidência do teto remuneratório pressupõe a consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a sua observância quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

d) O cargo objeto de exoneração de servidor estável para adequação da despesa com pessoal aos limites legais será considerado extinto, vedada a criação de cargo com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de dois anos.

e) A proibição de acumular cargos públicos não alcança os empregos em sociedades de economia mista não dependentes dos recursos do tesouro para custeio de seu pessoal

110. Uma autarquia estadual pretende alienar imóvel que abrigava sua antiga sede, atualmente desocupado e desafetado, e constatou que parte de outro terreno de sua propriedade é ocupada, há mais de quinze anos, por particulares que nele edificaram benfeitorias. Considerando o Código Civil, a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) Os bens de uso especial são absolutamente inalienáveis, não podendo ser alienados nem mesmo após a desafetação.

b) A alienação do imóvel dependerá de interesse público devidamente justificado, de avaliação prévia, de autorização legislativa e de licitação na modalidade leilão, ressalvadas as hipóteses de dispensa, sendo concedido direito de preferência ao licitante que, submetendo-se a todas as regras do edital, comprove a ocupação do imóvel objeto da licitação.

c) Os particulares que ocupam de boa-fé o terreno da autarquia têm direito de retenção e de indenização pelas benfeitorias realizadas, por se tratar de posse prolongada.

d) Decorrido o prazo legal, os ocupantes poderão adquirir o terreno por usucapião, pois os bens dominicais, por integrarem o patrimônio disponível, sujeitam-se à prescrição aquisitiva.

e) O uso comum dos bens públicos é sempre gratuito, sendo vedada a cobrança de qualquer retribuição pela entidade a cuja administração pertencerem

111. O Secretário de Estado da Fazenda exonerou servidor ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, consignando expressamente no ato que a exoneração decorria da "prática reiterada de faltas injustificadas". Posteriormente, o servidor comprovou documentalmente que jamais faltara ao serviço no período. Considerando a Lei federal nº 9.784/1999, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e a doutrina dominante, é correto afirmar:

a) A Lei nº 9.784/1999 veda a motivação aliunde, exigindo que a autoridade exponha fundamentação própria, não se admitindo a mera declaração de concordância com pareceres anteriores.

b) A decisão que invalidar o ato de exoneração deve fundamentar-se exclusivamente na legalidade estrita, sendo vedado ao julgador considerar as consequências práticas da decisão.

c) A motivação é obrigatória apenas nos atos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, sendo dispensada nos atos que importem anulação ou revogação de ato administrativo.

d) Embora a exoneração de cargo em comissão dispense motivação, uma vez declarado o motivo, a validade do ato fica a ele vinculada, de modo que, comprovada a inexistência do fato invocado, o ato será inválido, conforme a teoria dos motivos determinantes.

e) A revisão quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado pode, com base em mudança posterior de orientação geral, declarar inválidas situações plenamente constituídas

112. Considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é correto afirmar:

a) Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária, e a indenização eventualmente devida será calculada no decurso do processo administrativo, descontados o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

b) A declaração de caducidade dispensa a instauração de processo administrativo quando a inadimplência da concessionária for notória, podendo ser declarada por decreto do poder concedente com base em relatório técnico.

c) A encampação, consistente na retomada do serviço pelo poder concedente por motivo de interesse público, independe de lei autorizativa, bastando decreto do chefe do Poder Executivo, com pagamento posterior da indenização.

d) A interrupção do serviço por inadimplemento do usuário, após prévio aviso, pode iniciar-se em qualquer dia útil, inclusive na sexta-feira, vedada apenas nos sábados, domingos e feriados.

e) A subconcessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente e prevista no contrato de concessão, dispensa a realização de licitação

113. A sociedade empresária Delta S.A., fornecedora de sistemas de informática, ofereceu vantagem indevida a servidor da Secretaria de Estado da Fazenda para obter informações privilegiadas sobre licitação. Meses depois, Delta foi incorporada por Ômega S.A. Considerando a Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar:

a) A responsabilização de Delta, nas esferas administrativa e civil, é subjetiva e depende da prévia comprovação de dolo ou culpa de seus dirigentes ou administradores.

b) Ômega, na condição de sucessora, responderá por todas as sanções previstas na lei, inclusive a publicação extraordinária da decisão condenatória e a proibição de receber incentivos de órgãos públicos.

c) A celebração de acordo de leniência isentará a pessoa jurídica da multa e da obrigação de reparar integralmente o dano causado, desde que seja a primeira a manifestar interesse em cooperar.

d) A multa administrativa será de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, e nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; não sendo possível utilizar o critério do faturamento bruto, a multa será de R$ 6.000,00 a R$ 60.000.000,00.

e) As infrações previstas na lei prescrevem em 5 anos, contados sempre da data da prática do ato lesivo

114. Considerando a legislação federal que disciplina as organizações sociais, as organizações da sociedade civil de interesse público e as parcerias com organizações da sociedade civil, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) A outorga da qualificação de organização da sociedade civil de interesse público constitui ato discricionário do Poder Público, sujeito a juízo de conveniência e oportunidade do Ministério supervisor da respectiva área.

b) A pessoa jurídica qualificada como organização social pode, simultaneamente, obter a qualificação de organização da sociedade civil de interesse público, desde que celebre termo de parceria distinto do contrato de gestão.

c) O termo de fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil, selecionadas por meio de chamamento público, para a consecução de finalidades de interesse público propostas pela própria Administração Pública.

d) Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema "S", por receberem contribuições parafiscais, estão submetidos à exigência de concurso público para a contratação de seu pessoal.

e) Às organizações sociais poderão ser destinados bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Luciana Marinho

Acerca do assunto Finanças públicas na Constituição Federal de 1988: normas gerais, assinale a alternativa correta.

115. Ao analisar a repartição de matérias entre as espécies normativas no capítulo constitucional das finanças públicas, um Procurador do Estado esclareceu que algumas delas são reservadas à lei complementar.

Nos termos da Constituição Federal, cabe à lei complementar dispor sobre

a) a aprovação do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias de cada ente, em razão do seu caráter plurianual.

b) a abertura de créditos suplementares e especiais, que depende de prévia autorização por lei complementar.

c) o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, bem como normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

d) a instituição de fundos de qualquer natureza, que poderá ser feita por ato do Poder Executivo, dispensada autorização legislativa.

e) os limites globais e as condições para as operações de crédito dos Estados, matéria privativa de lei complementar, sem participação do Senado Federal.

Acerca do assunto Princípios orçamentários, assinale a alternativa correta.

116. Um auditor elaborou as seguintes afirmações sobre os princípios orçamentários:

I. Em razão do princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

II. Pelo princípio da universalidade, a lei orçamentária deve compreender todas as receitas e despesas, em valores brutos, vedadas quaisquer deduções.

III. O princípio da não afetação veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas, entre outras, a repartição do produto da arrecadação dos impostos, as ações e serviços públicos de saúde e a manutenção e desenvolvimento do ensino.

IV. Segundo o princípio da anualidade, a lei orçamentária anual vigora por quatro exercícios financeiros, coincidindo com o plano plurianual.

Está de acordo com a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/1964 o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e IV.

c) I, III e IV.

d) II, III e IV.

e) I, II e III.

Acerca do assunto Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual, assinale a alternativa correta.

117. Ao examinar as leis orçamentárias previstas no art. 165 da Constituição Federal, aplicáveis aos Estados por simetria, a equipe de auditoria registrou diversas conclusões.

É correto afirmar:

a) A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração e orientará a elaboração da LOA, mas a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento é matéria reservada ao PPA.

b) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

c) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, sendo que o orçamento de investimento abrange todas as entidades da administração indireta.

d) Os planos e programas setoriais e regionais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com a LDO e apreciados pelo Poder Legislativo.

e) O PPA vigorará por quatro anos, com início no primeiro dia do primeiro exercício do mandato do Chefe do Poder Executivo e término no último exercício do mesmo mandato.

Acerca do assunto Processo legislativo orçamentário: emendas ao projeto de lei orçamentária, assinale a alternativa correta.

118. Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual de determinado Estado, cujo processo legislativo observa, por simetria, o art. 166 da Constituição Federal, a comissão competente passou a examinar emendas apresentadas pelos parlamentares.

As emendas ao projeto de lei orçamentária anual somente podem ser aprovadas caso

a) sejam apresentadas à comissão mista de orçamento, cujo parecer é terminativo, vedada a apreciação das emendas pelo Plenário.

b) não indiquem a fonte de recursos, desde que o Poder Executivo se comprometa a abrir, posteriormente, os créditos suplementares necessários.

c) o Chefe do Poder Executivo não tenha enviado mensagem propondo modificação no projeto, vedada tal iniciativa após o encaminhamento do projeto ao Legislativo.

d) sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais.

e) sejam incompatíveis com o plano plurianual, desde que compatíveis com a LDO, que tem hierarquia superior ao plano.

Acerca do assunto Emendas parlamentares impositivas: individuais e de bancada, assinale a alternativa correta.

119. Acerca da execução obrigatória de emendas parlamentares ao orçamento, prevista no art. 166 da Constituição Federal, afirmou-se que:

I. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

II. A garantia de execução obrigatória alcança também as programações incluídas por emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

III. A execução obrigatória não se aplica nos casos de impedimentos de ordem técnica, hipótese em que serão adotadas as medidas previstas na Constituição e na legislação para sua superação.

IV. As emendas individuais de execução obrigatória não podem ser reduzidas em nenhuma hipótese, ainda que a reestimativa de receita indique o risco de descumprimento da meta fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Acerca do assunto Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (DREM), assinale a alternativa correta.

120. O Estado X pretende utilizar, em seu planejamento fiscal, a desvinculação de receitas prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para Estados e Municípios (DREM). Parte da arrecadação do Estado decorre de impostos, taxas e multas; outra parte é destinada às ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino; e outra consiste em transferências obrigatórias recebidas da União com destinação especificada em lei.

De acordo com o ADCT, a desvinculação

a) alcança 20% da arrecadação de impostos, incluídos os recursos da saúde e da educação, e vigora por prazo indeterminado.

b) dispensa a previsão das receitas e despesas desvinculadas na lei orçamentária anual, pois o Estado passa a dispor livremente do montante.

c) permite desvincular de órgão, fundo ou despesa 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, até 31 de dezembro de 2032, não alcançando os recursos destinados à saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino nem as transferências obrigatórias e voluntárias entre entes com destinação especificada em lei.

d) alcança as receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores, desde que haja superávit atuarial no regime próprio.

e) somente produz efeitos se for aprovada por lei complementar federal, a cada exercício financeiro, mediante autorização do Senado Federal.

Acerca do assunto Receita pública: classificação, assinale a alternativa correta.

121. No exercício financeiro, o Estado Y registrou os seguintes ingressos orçamentários:

I. produto da alienação de um imóvel de seu patrimônio;

II. recebimento do principal de empréstimo anteriormente concedido a um Município;

III. rendimentos de aplicação financeira de recursos em caixa;

IV. recursos obtidos por meio de operação de crédito junto a instituição financeira.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, são classificadas como receitas de capital APENAS as situações

a) I e II.

b) I, II e IV.

c) II, III e IV.

d) I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Acerca do assunto Despesa pública: classificação por categoria econômica, assinale a alternativa correta.

122. Em determinado exercício, o Estado Z executou as seguintes despesas:

I. pagamento de juros e encargos da dívida pública;

II. execução de obras de construção de uma escola estadual;

III. constituição de capital de empresa pública estadual;

IV. pagamento do principal da dívida contratada (amortização).

Constituem despesas de capital APENAS as situações

a) I e II.

b) I, III e IV.

c) II e IV.

d) II, III e IV.

e) I, II e III.

Acerca do assunto Restos a pagar, assinale a alternativa correta.

123. O Tribunal de Contas do Estado, ao analisar o encerramento do exercício de um órgão estadual, verificou o tratamento dado às despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro.

À luz da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

a) Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

b) Os restos a pagar processados correspondem às despesas empenhadas cujo fato gerador da obrigação ainda não ocorreu.

c) O cancelamento da inscrição de resto a pagar extingue definitivamente o direito do credor, que perde a possibilidade de cobrar o crédito.

d) A inscrição em restos a pagar prescinde de empenho prévio, bastando a existência de contrato assinado com o fornecedor.

e) Os restos a pagar integram a dívida flutuante, excluídos os serviços da dívida, e o seu pagamento no exercício seguinte não onera a dotação orçamentária desse exercício, pois a despesa foi realizada no exercício do empenho.

Acerca do assunto Créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

124. No curso do exercício financeiro, o Governo do Estado identificou três situações: (i) a dotação de determinada despesa mostrou-se insuficiente; (ii) surgiu a necessidade de realizar despesa para a qual não havia dotação orçamentária específica; e (iii) ocorreu calamidade pública, que exigiu despesa urgente e imprevisível.

Para atender às três situações, devem ser abertos, respectivamente, os créditos adicionais

a) suplementar, especial e extraordinário; os dois primeiros dependem de prévia autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes, e o terceiro dispensa prévia autorização, devendo o Executivo dar imediato conhecimento ao Legislativo.

b) especial, suplementar e extraordinário; os dois primeiros dependem de prévia autorização legislativa, e o terceiro depende de lei específica de iniciativa do Poder Legislativo.

c) suplementar, especial e extraordinário; os três dependem de prévia autorização legislativa específica e de indicação dos recursos correspondentes.

d) suplementar, especial e extraordinário; os suplementares abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos, nos limites de seus saldos, no exercício seguinte.

e) especial, suplementar e extraordinário; o excesso de arrecadação não pode ser utilizado como fonte de recursos para nenhum deles.

Acerca do assunto LRF: equilíbrio fiscal, metas e limitação de empenho, assinale a alternativa correta.

125. Ao final de determinado bimestre, a avaliação da arrecadação indicou que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO do Estado.

Nessa situação, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal,

a) a limitação de empenho e movimentação financeira é ato exclusivo do Poder Executivo, que a aplicará, por decreto, aos demais Poderes e ao Ministério Público.

b) restabelecida a receita prevista, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados é facultativa, a critério do Chefe do Poder Executivo.

c) não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela LDO.

d) a limitação deverá ser promovida nos quinze dias seguintes ao final de cada quadrimestre, segundo critérios fixados pela lei orçamentária anual.

e) o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais ao final de cada semestre, em audiência pública na comissão responsável pelo orçamento.

Acerca do assunto LRF: despesa com pessoal, assinale a alternativa correta.

126. A receita corrente líquida (RCL) de determinado Estado, apurada nos termos da LRF, foi de R$ 20 bilhões. A despesa total com pessoal do Poder Executivo estadual, no mesmo período de apuração, foi de R$ 9,6 bilhões.

Considerando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para os Estados, o Poder Executivo

a) não ultrapassou qualquer limite previsto na LRF, pois a despesa total com pessoal é inferior a 60% da RCL.

b) excedeu o limite prudencial, mas não o limite máximo de 49% da RCL, ficando sujeito, entre outras, às vedações de concessão de vantagem, aumento ou reajuste de remuneração, salvo as derivadas de sentença judicial, determinação legal ou contratual e a revisão geral anual, e de criação de cargo, emprego ou função.

c) excedeu o limite máximo de 49% da RCL, devendo eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo um terço no primeiro.

d) ficou impedido de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito, por ter ultrapassado o limite máximo, hipótese em que a vedação alcança inclusive a dívida mobiliária.

e) está sujeito apenas ao alerta do Tribunal de Contas, sem qualquer vedação, pois o limite prudencial somente é atingido quando se alcança o limite máximo.

Acerca do assunto LRF: endividamento, assinale a alternativa correta.

127. Ao final de um quadrimestre, constatou-se que a dívida consolidada de determinado Estado excedeu o limite fixado pelo Senado Federal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, nessa hipótese,

a) o limite aplicável é fixado pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante proposta do Governador, e o excesso é objeto de simples recomendação.

b) o excedente deverá ser eliminado em até doze meses, com redução de pelo menos 50% no primeiro quadrimestre, sem qualquer vedação adicional ao ente.

c) o ente poderá contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, que não integra a dívida consolidada, embora fique impedido de contratar outras operações de crédito.

d) o excesso deverá ser reconduzido ao limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo-se o excedente em pelo menos 25% no primeiro; enquanto perdurar o excesso, o ente ficará impedido de realizar operações de crédito, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, e deverá obter resultado primário necessário à recondução, promovendo limitação de empenho.

e) o ente continuará apto a receber transferências voluntárias da União, pois a vedação alcança somente as operações de crédito.

Acerca do assunto LRF: vedações em fim de mandato, assinale a alternativa correta.

128. No último ano de seu mandato, o Governador de determinado Estado adotou ou pretende adotar as seguintes medidas:

I. edição de ato, 120 dias antes do final do mandato, que resulta em aumento da despesa com pessoal;

II. contratação de obrigação de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato que não pode ser cumprida integralmente dentro dele, sem suficiente disponibilidade de caixa para pagar as parcelas a serem quitadas no exercício seguinte;

III. contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária;

IV. pagamento, com disponibilidade de caixa, de despesas contratadas no início do mandato, com parcelas vincendas no exercício seguinte, para as quais há recursos suficientes depositados.

Estão em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal APENAS as medidas

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II, III e IV.

e) I, II e III.

Acerca do assunto LRF: transparência e prestação de contas, assinale a alternativa correta.

129. A Controladoria do Estado preparou orientações aos gestores sobre os instrumentos de transparência da gestão fiscal e a prestação de contas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nos termos da LRF, é correto afirmar:

a) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, e o Relatório de Gestão Fiscal, até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

b) Os Estados poderão optar pela emissão semestral do Relatório de Gestão Fiscal, desde que o façam por ato do Chefe do Poder Executivo.

c) As contas do Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis para consulta pelos cidadãos somente após o julgamento pelo Poder Legislativo.

d) As contas dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público serão incluídas nas contas do Chefe do Poder Executivo e receberão parecer prévio único do Tribunal de Contas.

e) O incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas são obrigatórios apenas na elaboração do orçamento anual, dispensados na elaboração do PPA e da LDO.

Acerca do assunto Reforma tributária na Constituição Federal (EC nº 132/2023), assinale a alternativa correta.

130. A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu a reforma tributária sobre o consumo e alterou o Sistema Tributário Nacional, com impactos diretos nas finanças dos Estados.

Segundo o texto constitucional, após a reforma tributária,

a) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) é de competência exclusiva dos Estados, que o instituirão por lei ordinária própria.

b) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União, substituirá o IPI e o imposto sobre a renda.

c) o Imposto Seletivo incidirá sobre bens e serviços essenciais à saúde, com vistas a incentivar o seu consumo.

d) o IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, será instituído por lei complementar, substituindo o ICMS e o ISS, e será não cumulativo, cobrado no destino, com administração uniforme por Comitê Gestor.

e) o ICMS e o ISS foram extintos na data da publicação da emenda, sem período de transição.

Acerca do assunto Taxas estaduais (Lei nº 7.541/1988 - SC) e receita de taxas, assinale a alternativa correta.

131. A Lei nº 7.541/1988, de Santa Catarina, institui taxas estaduais e disciplina sua arrecadação, fiscalização e destinação. Um Auditor Estadual analisou a natureza jurídica e o regime dessas taxas à luz da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional.

Em relação às taxas estaduais como espécie tributária e receita pública, é correto afirmar:

a) Podem ser instituídas por qualquer serviço público prestado pelo Estado, inclusive os gerais e indivisíveis, como o de segurança pública.

b) Podem ser instituídas em razão do exercício regular do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e não podem ter base de cálculo própria de impostos.

c) São classificadas como receita de capital, por constituírem tributos vinculados a uma atividade estatal específica.

d) Podem ter base de cálculo integralmente idêntica à de determinado imposto, desde que o valor da taxa seja módico.

e) Aplica-se às taxas a vedação constitucional de vinculação de receita a órgão, fundo ou despesa, de modo que o seu produto não pode ser destinado a fundos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Lilian Novakoski

132. Acerca do Regime Geral de Previdência Social, a Constituição Federal estabelece que

a) nenhum benefício previdenciário, qualquer que seja a sua natureza, terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

b) é assegurada aposentadoria aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.

c) o requisito de idade é reduzido em cinco anos para o professor que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério em qualquer nível de ensino, inclusive o superior.

d) é admitida a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários, desde que indenizado o período.

e) é vedada a filiação ao regime, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

133. Conforme a Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social

a) será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho independentemente da possibilidade de readaptação em outro cargo.

b) será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que serão obrigatórias avaliações periódicas para verificar a continuidade das condições que ensejaram a concessão, na forma de lei do respectivo ente.

c) será aposentado compulsoriamente aos 75 anos de idade, com proventos integrais, na forma de lei ordinária do respectivo ente.

d) que for readaptado passará a perceber a remuneração do cargo de destino, ainda que inferior à do cargo de origem.

e) será aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade, vedada a fixação de idade superior por lei complementar.

134. Determinado Estado instituiu regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo. De acordo com a Constituição Federal,

a) a instituição do regime é faculdade do ente federativo, que pode manter proventos acima do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social enquanto não a exercer.

b) o regime deve ser instituído por lei de iniciativa de qualquer dos Poderes, no âmbito dos respectivos quadros de pessoal.

c) o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social aplica-se automaticamente aos servidores que ingressaram no serviço público antes da instituição do regime.

d) a contribuição normal do Estado, na qualidade de patrocinador, pode alcançar o dobro da contribuição do participante.

e) o regime oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida e será efetivado por intermédio de entidade fechada ou de entidade aberta de previdência complementar.

135. A respeito das aposentadorias com requisitos e critérios diferenciados nos regimes próprios de previdência social, considere:

I. Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, até a edição de lei complementar específica.

II. Segundo o Supremo Tribunal Federal, até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o servidor tem direito à conversão em tempo comum do tempo prestado sob condições especiais, com aplicação das normas do Regime Geral; após a Emenda, a conversão obedece à legislação complementar dos entes federados.

III. A lei complementar do ente pode caracterizar a atividade especial por categoria profissional ou ocupação, desde que haja estudo técnico que a justifique.

IV. O professor titular de cargo efetivo tem idade mínima reduzida em cinco anos, desde que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério em qualquer nível de ensino.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) III e IV.

136. No que se refere ao regime de previdência privada de caráter complementar, é correto afirmar:

a) O regime é organizado de forma autônoma em relação ao Regime Geral de Previdência Social e é de filiação obrigatória para os empregados do patrocinador.

b) As contribuições do empregador e os benefícios contratados integram o contrato de trabalho e a remuneração dos participantes.

c) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

d) Nas entidades fechadas patrocinadas por entes públicos, a indicação do presidente do conselho deliberativo cabe aos representantes dos participantes e assistidos.

e) O aporte de recursos a entidade de previdência privada por ente público é admitido a qualquer título, desde que autorizado em lei.

137. Paulo trabalhou por 15 anos como empregado de empresa privada, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social. Depois, exerceu por 22 anos cargo efetivo no Estado de Santa Catarina e aposentou-se pelo RPPS/SC, tendo averbado o período anterior mediante certidão de tempo de contribuição emitida pelo INSS. Nessa situação, para fins de compensação financeira,

a) o Regime Geral é o regime de origem e o RPPS/SC é o regime instituidor, cabendo ao regime de origem compensar financeiramente o regime instituidor.

b) o RPPS/SC é o regime de origem e o Regime Geral é o regime instituidor, cabendo ao RPPS/SC compensar financeiramente o Regime Geral.

c) não há compensação financeira, pois o tempo averbado foi prestado na iniciativa privada.

d) a compensação somente é devida se as contribuições de Paulo ao Regime Geral tiverem alcançado o limite máximo do salário de contribuição.

e) cabe a Paulo indenizar o RPPS/SC pelo período averbado, como condição para o cômputo do tempo.

138. Clara ingressou no serviço público em 2021, em cargo efetivo federal, e nele permanece. Nos termos da Emenda Constitucional nº 103/2019 que alterou a forma de aposentadoria no RPPS, Clara poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente,

a) 60 anos de idade, 30 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, com proventos equivalentes à média das 80% maiores remunerações de contribuição.

b) 62 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, com proventos de 60% da média de todas as remunerações de contribuição, acrescidos de 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição.

c) 62 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, com proventos de 60% da média de todas as remunerações de contribuição, acrescidos de 2% para cada ano que exceder 15 anos de contribuição.

d) 62 anos de idade, 15 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, com proventos de 60% da média de todas as remunerações de contribuição, acrescidos de 2% para cada ano que exceder 15 anos de contribuição.

e) 62 anos de idade, 25 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, com proventos equivalentes à totalidade da remuneração do cargo efetivo e paridade.

139. Sobre o custeio dos regimes próprios de previdência social, considere:

I. Não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.

II. A ausência de estudo atuarial específico e prévio à edição de lei que aumente a alíquota de contribuição dos servidores acarreta a inconstitucionalidade formal da lei.

III. É vedada a utilização de recursos de regime próprio de previdência social para a realização de despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo e das despesas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento.

IV. A contribuição dos aposentados e pensionistas incide, por determinação da Constituição Federal, sobre a totalidade dos proventos e das pensões, com alíquota igual à dos servidores ativos.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) I e III.

140. Considere as seguintes situações:

I. Ana é titular de cargo efetivo em Município que não instituiu regime próprio de previdência social.

II. Bruno é titular de cargo efetivo no Estado de Santa Catarina, amparado pelo regime próprio estadual, e foi nomeado para cargo em comissão no próprio Estado, do qual não se afastou do vínculo efetivo.

III. Carla ocupa, exclusivamente, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração em autarquia estadual.

IV. Diego é titular de cargo efetivo estadual, amparado por regime próprio, e leciona à noite, como empregado, em faculdade privada.

São segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, em relação às atividades descritas,

a) Ana e Carla, apenas.

b) Bruno e Carla, apenas.

c) Ana, Carla e Diego, este apenas quanto à atividade na faculdade privada.

d) Carla e Diego, este quanto às duas atividades.

e) Ana, Bruno, Carla e Diego.

141. Considere as seguintes pessoas, nenhuma delas amparada por regime próprio de previdência social:

Rita ocupa, exclusivamente, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração em Município.

Joana faz faxina, por conta própria, um dia por semana em cada uma de cinco residências diferentes.

Marcos é estivador e presta serviços a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do órgão gestor de mão de obra.

Tiago é pescador artesanal, faz da pesca seu principal meio de vida e trabalha em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.

Luíza é síndica do condomínio em que mora e recebe remuneração mensal pelo exercício da função.

De acordo com a Lei nº 8.213/1991, no Regime Geral de Previdência Social,

a) Rita é contribuinte individual, por não ter vínculo efetivo com a Administração.

b) Joana é empregada doméstica, por prestar serviços em âmbito residencial.

c) Marcos é contribuinte individual, por não ter vínculo empregatício com as empresas tomadoras.

d) Tiago é segurado especial.

e) Luíza é segurada facultativa, por não exercer atividade profissional.

142. De acordo com a Lei Complementar estadual nº 412/2008, que dispõe sobre o RPPS/SC,

a) a insuficiência financeira relativa ao SC SEGURO é repassada pelos Poderes e Órgãos ao IPREV até o dia do efetivo pagamento dos benefícios; não efetuado o depósito, é suportada pelo Tesouro do Estado, que adotará as medidas legais cabíveis contra o Poder ou Órgão responsável.

b) o servidor licenciado sem remuneração pode, a qualquer tempo, manter o recolhimento das contribuições e averbar o período, desde que recolha também a cota patronal.

c) na cessão de segurado com ônus para o órgão cessionário, o desconto e o recolhimento das contribuições permanecem sob responsabilidade do órgão de origem.

d) a taxa de administração não poderá exceder a 5% do valor total das remunerações de contribuição dos servidores ativos vinculados ao regime.

e) a contribuição do aposentado portador de doença que dá direito à isenção do imposto de renda incide sobre a parcela dos proventos que supere o dobro do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

143. Nos termos da Lei Complementar estadual nº 412/2008 sobre o RPPS/SC, com a redação vigente,

a) o segurado será aposentado voluntariamente aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos, se homem, com 30 e 35 anos de contribuição, respectivamente.

b) o servidor pertencente a outro ente da Federação, quando cedido com ônus a órgão do Estado de Santa Catarina, passa a ser segurado do RPPS/SC enquanto durar a cessão.

c) na hipótese de acumulação lícita de cargos, o servidor é segurado obrigatório apenas em relação ao cargo de maior remuneração.

d) o segurado será aposentado voluntariamente quando preencher, cumulativamente, 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos, se homem, 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

e) a unidade gestora do RPPS/SC é o IPREV, fundação pública de direito privado vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda.

144. Otávio, servidor aposentado do Estado de Santa Catarina, recebia proventos de R$ 10.000,00 do RPPS/SC quando faleceu, em 2026. Deixou como dependentes a esposa e dois filhos menores de 21 anos, nenhum deles inválido. De acordo com a Lei Complementar estadual nº 412/2008, o valor total da pensão por morte será de:

a) R$ 8.000,00, correspondentes a uma cota familiar de 50% acrescida de 10 pontos percentuais por dependente.

b) R$ 9.000,00, e, quando um dos filhos perder a qualidade de dependente, sua cota será revertida em favor dos dependentes remanescentes.

c) R$ 10.000,00, pois a existência de três dependentes assegura o pagamento de 100% do valor da aposentadoria.

d) R$ 9.000,00, e, quando um dos filhos perder a qualidade de dependente, o benefício será recalculado para R$ 8.000,00, sem reversão da cota cessada.

e) R$ 6.000,00, correspondentes à cota familiar de 60%, a ser rateada em partes iguais entre os três dependentes.

145. Considere a situação de três agentes públicos do Estado de Santa Catarina, todos em atividade e sem ter implementado os requisitos para qualquer aposentadoria:

I. Antônio ocupa, exclusivamente, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

II. Beatriz é servidora temporária

III. Carlos é titular de cargo efetivo estadual, provido por concurso público, e está afastado para o exercício de mandato eletivo de Prefeito.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, vincula-se ao regime próprio de previdência social do Estado

a) Antônio, Beatriz e Carlos.

b) Beatriz e Carlos, apenas.

c) Carlos, apenas.

d) Beatriz, apenas.

e) Antônio e Carlos, apenas.

146. Helena, servidora aposentada pelo regime próprio de previdência social do Estado de Santa Catarina desde 2021 e ficou viúva em 2024 de Jorge, que era aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social. Nos termos da legislação vigente, a acumulação da aposentadoria de Helena com a pensão por morte deixada por Jorge é

a) vedada, cabendo a Helena optar pelo benefício mais vantajoso.

b) admitida, com a percepção integral de ambos os benefícios, por serem pagos por regimes de previdência distintos.

c) admitida, assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de 50% do valor do outro benefício.

d) admitida, assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de parte do outro, apurada cumulativamente por faixas: 60% do valor que exceder 1 salário mínimo, até o limite de 2; 40% do que exceder 2, até o limite de 3; 20% do que exceder 3, até o limite de 4; e 10% do que exceder 4 salários mínimos.

e) Não há redução, receberá de forma integral os benefícios.

147. O Estado X teve negada a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária porque a União apontou déficit atuarial não equacionado em seu regime próprio de previdência social. Considerando a Constituição Federal, a Lei nº 9.717/1998 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

a) É inconstitucional a previsão, em lei federal, de medidas sancionatórias ao ente que descumprir as regras gerais dos regimes próprios, por ofensa à autonomia federativa.

b) As exigências feitas pela União no exercício da fiscalização dos regimes próprios constituem matéria técnica insuscetível de controle judicial.

c) O descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio impede o Estado de receber da União as transferências constitucionais obrigatórias.

d) É constitucional a previsão, em lei federal, de medidas sancionatórias ao ente que descumprir os critérios e as exigências aplicáveis aos regimes próprios, admitido o controle judicial, caso em que cabe ao ente demonstrar, de forma técnica, a inexistência do déficit atuarial apontado ou, reconhecido o desequilíbrio, a impertinência das medidas impostas e a existência de plano alternativo equivalente.

e) O Estado pode manter um regime próprio para cada Poder, desde que todos sejam administrados por um único órgão ou entidade gestora.

148. A respeito da contagem recíproca de tempo de contribuição e da compensação financeira entre regimes, considere:

I. É assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

II. O tempo de serviço militar e o tempo de contribuição ao Regime Geral ou a regime próprio têm contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, sem compensação financeira entre os regimes, dada a natureza do sistema de proteção social dos militares.

III. A certidão de tempo de contribuição somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor.

IV. É vedada a desaverbação de tempo em regime próprio de previdência social quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I, III e IV.

c) II e III.

d) III e IV.

e) I, II e IV.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

149. A Lei Alfa disciplinava determinada matéria de Direito Civil. Posteriormente, entrou em vigor a Lei Beta, que, embora não contivesse cláusula expressa de revogação, regulamentou integralmente a mesma matéria. Tempos depois, a Lei Gama revogou expressamente a Lei Beta, sem estabelecer disciplina substitutiva nem mencionar a Lei Alfa. Todas as leis foram validamente editadas e não tinham vigência temporária.

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, nessa situação

a) a Lei Alfa permaneceu vigente após a edição da Lei Beta, pois a revogação de uma disciplina integral depende de declaração expressa, sendo insuficiente a mera regulamentação posterior da mesma matéria.

b) a Lei Alfa foi revogada pela Lei Beta, mas recuperou automaticamente sua vigência com a entrada em vigor da Lei Gama, porque esta não estabeleceu disciplina substitutiva para a matéria anteriormente regulada.

c) a Lei Alfa foi revogada pela Lei Beta, em razão da regulamentação integral da matéria, e não recuperou sua vigência com a Lei Gama, diante da ausência de disposição que determinasse sua restauração.

d) a Lei Alfa teve sua eficácia suspensa durante a vigência da Lei Beta, recuperando-a com a Lei Gama, pois a ausência de revogação expressa impede a retirada definitiva de uma lei do ordenamento jurídico.

e) a Lei Alfa foi revogada pela Lei Beta e poderá recuperar sua vigência se o julgador identificar lacuna normativa, pois a integração das leis autoriza o restabelecimento da legislação anterior independentemente de previsão legislativa.

150. A respeito da capacidade civil e da emancipação, assinale a alternativa correta.

a) A emancipação voluntária do menor com dezesseis anos completos pode ser concedida pelos pais mediante instrumento público, mas sua eficácia depende de homologação judicial, com prévia manifestação do Ministério Público.

b) A impossibilidade de exprimir a própria vontade caracteriza incapacidade relativa quando decorrer de causa transitória, mas configura incapacidade absoluta quando resultar de condição permanente, ainda que a pessoa seja maior de idade.

c) A existência de relação de emprego constitui causa de emancipação do menor com dezesseis anos completos, sendo dispensável a demonstração de economia própria quando a contratação contar com autorização expressa de ambos os pais.

d) A emancipação do menor sob tutela pode ser concedida por sentença judicial, após a oitiva do tutor, desde que o menor tenha dezesseis anos completos, não bastando a concessão do próprio tutor por instrumento público.

e) A colação de grau em curso de ensino superior permite a emancipação do menor, desde que acompanhada do efetivo exercício da profissão e da obtenção de renda suficiente para assegurar sua subsistência.

151. A associação cultural Horizonte instaurou procedimento para excluir Renato por infração grave prevista no estatuto. Renato foi notificado, apresentou defesa e teve seus argumentos examinados pela diretoria, que decidiu pela exclusão. O estatuto, entretanto, estabelecia que essa decisão seria definitiva, sem possibilidade de recurso interno.

À luz da disciplina das associações no CC/2002, a exclusão de Renato

a) é válida, pois a apresentação de defesa e o reconhecimento fundamentado da justa causa tornam dispensável o recurso interno, cuja previsão integra a autonomia da associação para organizar seus procedimentos disciplinares.

b) é irregular, pois o reconhecimento da justa causa deve ocorrer em procedimento que assegure defesa e recurso, não podendo o estatuto afastar a possibilidade de impugnação interna da decisão de exclusão.

c) é irregular, pois compete privativamente à assembleia geral decidir sobre a exclusão de associados, sendo vedado ao estatuto atribuir essa competência à diretoria, mesmo que assegure defesa e recurso ao interessado.

d) é válida, pois a adesão voluntária à associação implica aceitação das regras estatutárias sobre exclusão, inclusive da cláusula que atribui caráter definitivo à decisão da diretoria, desde que demonstrada a infração imputada.

e) é irregular, pois a exclusão por infração estatutária depende de prévia decisão judicial que reconheça a justa causa, cabendo à diretoria apenas suspender provisoriamente os direitos associativos até o julgamento.

152. Quanto à classificação dos bens em móveis e imóveis, de acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta

a) O direito à sucessão aberta será considerado bem móvel quando a herança compreender exclusivamente dinheiro, veículos e outros bens dessa natureza, pois sua classificação jurídica acompanha a composição do patrimônio deixado pelo falecido.

b) As energias com valor econômico são classificadas como bens imóveis quando sua produção depender de instalações permanentemente incorporadas ao solo, acompanhando, para efeitos legais, a natureza jurídica da unidade produtora.

c) Os materiais adquiridos para uma construção passam a ser considerados imóveis desde sua destinação específica à obra, ainda que permaneçam armazenados e não tenham sido incorporados à edificação, desde que pertencentes ao proprietário do terreno.

d) As edificações separadas do solo para remoção a outro local passam a ser consideradas móveis durante o deslocamento, mesmo que conservem sua unidade, recuperando a natureza imobiliária somente quando incorporadas ao terreno de destino.

e) Os materiais retirados temporariamente de um prédio conservam sua natureza imobiliária quando destinados ao reemprego na mesma construção, embora estejam fisicamente separados dela durante a execução dos serviços que justificaram sua retirada.

153. Luísa pretendia doar um veículo a Marcos. De comum acordo, ambos celebraram contrato escrito de compra e venda, declarando o pagamento de um preço que nunca foi exigido nem pago, com o propósito de ocultar a liberalidade. A doação efetivamente pretendida preenchia todos os requisitos de validade, inclusive quanto à forma. Posteriormente, Luísa sustentou que a simulação invalidaria tanto a venda aparente quanto a doação encoberta

Nessa situação, de acordo com o CC/2002,

a) a compra e venda é nula por simulação, mas a doação encoberta subsiste, pois atende aos requisitos de validade substancial e formal, não sendo automaticamente atingida pela invalidade do negócio aparente.

b) a compra e venda é anulável por simulação, podendo ser confirmada pelos contratantes mediante declaração expressa, hipótese em que a doação encoberta deixa de produzir efeitos e prevalece definitivamente o negócio aparente.

c) a compra e venda e a doação são nulas, pois o acordo destinado a ocultar a liberalidade comunica o vício ao negócio encoberto, ainda que este preencha os requisitos de validade exigidos para sua celebração.

d) a compra e venda permanece válida enquanto não for desconstituída a pedido de terceiro prejudicado, pois a participação consciente de ambos os contratantes impede o reconhecimento da simulação nas relações estabelecidas entre eles.

e) a compra e venda é nula, mas pode ser confirmada pela entrega voluntária do veículo, desde que ambos conheçam o vício, dispensando-se, nessa hipótese, a análise dos requisitos de validade da doação encoberta.

154. A respeito da prescrição e da decadência, de acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta

a) Os prazos prescricionais podem ser reduzidos por acordo entre partes plenamente capazes, desde que a convenção verse sobre direitos patrimoniais disponíveis e não imponha dificuldade excessiva ao exercício da pretensão pelo credor.

b) A renúncia à prescrição pode ocorrer antes de sua consumação, desde que seja expressa e não prejudique terceiros, ficando a modalidade tácita reservada às situações em que o prazo prescricional já tenha terminado.

c) A decadência estabelecida por convenção pode ser alegada pela parte beneficiada em qualquer grau de jurisdição, mas não autoriza o juiz a reconhecê-la de ofício, ainda que o transcurso do prazo esteja demonstrado.

d) A decadência prevista em lei admite renúncia depois de consumada, desde que não haja prejuízo a terceiros, aplicando-se a mesma disciplina da prescrição quando o direito atingido possuir conteúdo exclusivamente patrimonial.

e) As causas que impedem ou suspendem a prescrição aplicam-se, em regra, aos prazos decadenciais, ficando excluídas apenas as causas interruptivas, em razão da incompatibilidade entre o reinício da contagem e a natureza da decadência.

155. A respeito da mora no cumprimento das obrigações, de acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta.

a) O descumprimento de obrigação positiva e líquida no vencimento exige interpelação judicial ou extrajudicial para constituir o devedor em mora, salvo quando o contrato dispensar expressamente a comunicação prévia pelo credor.

b) O devedor em mora pode responder pela impossibilidade da prestação causada por evento fortuito durante o atraso, mas poderá afastar essa responsabilidade provando que o dano ocorreria mesmo com o cumprimento oportuno.

c) A mora do credor transfere a ele as despesas necessárias à conservação da coisa, mas mantém integralmente a responsabilidade do devedor por sua deterioração, inclusive quando este não tiver agido com dolo.

d) A prestação que se tornar inútil ao credor em razão da mora deverá ser recebida se ainda for materialmente possível, cabendo ao devedor indenizar a perda de utilidade sem substituir o cumprimento originariamente contratado.

e) Nas obrigações decorrentes de ato ilícito, a mora começa com a ciência inequívoca da cobrança pelo responsável, ainda que o dano seja anterior, pois a exigibilidade da reparação depende de manifestação da vítima.

156. Eduardo devia R$ 30.000,00 a Helena, com vencimento em 30 de setembro. Em 10 de agosto, seu amigo Rafael, sem interesse jurídico na extinção da obrigação, pagou integralmente a dívida em nome próprio, com ciência e concordância de Eduardo. Helena recebeu o valor e deu quitação, sem convencionar a transferência de seus direitos a Rafael. No dia seguinte, Rafael exigiu de Eduardo o reembolso imediato.

Nessa situação, de acordo com o CC/2002, Rafael

a) poderá exigir o reembolso imediato, pois a concordância de Eduardo com o pagamento antecipado implica vencimento da obrigação de restituição, embora não transfira ao terceiro os direitos e as garantias pertencentes à credora originária.

b) ficará legalmente sub-rogado nos direitos de Helena, podendo exigir o pagamento apenas em 30 de setembro, com aproveitamento das garantias originárias, porque a sub-rogação decorre da satisfação integral da dívida com recursos próprios.

c) não terá direito ao reembolso, pois o pagamento realizado por terceiro sem interesse jurídico, antes do vencimento, presume-se liberalidade, salvo se houver estipulação expressa de restituição aceita pelo devedor antes da quitação.

d) terá direito ao reembolso do valor pago a partir de 30 de setembro, sem sub-rogação nos direitos de Helena, pois o pagamento em nome próprio por terceiro não interessado não antecipa a exigibilidade da restituição.

e) poderá exigir o reembolso imediato e exercer os direitos de Helena, pois a anuência de Eduardo transforma Rafael em terceiro juridicamente interessado, produzindo sub-rogação legal independentemente de manifestação da credora.

157. Ao realizar uma manobra imprudente, Bruno colocou o veículo de André em risco iminente de colisão. Para evitar o acidente, André desviou e atingiu o portão da residência de Clara, que não contribuiu para a situação de perigo. Ficou demonstrado que a manobra de André era absolutamente necessária e não excedeu o indispensável para afastar o risco.

De acordo com o CC/2002, André

a) não deverá indenizar Clara, pois a necessidade da manobra exclui a ilicitude e o dever de reparação, cabendo à proprietária exigir o ressarcimento exclusivamente de Bruno, responsável pela criação da situação de perigo.

b) deverá indenizar Clara apenas se demonstrada sua culpa na escolha da manobra, pois a responsabilidade pelo dano ao portão depende da comprovação de que existia alternativa menos prejudicial para afastar o perigo.

c) deverá indenizar Clara por ter praticado ato ilícito contra seu patrimônio, embora a necessidade da manobra autorize a redução equitativa da reparação e impeça o exercício de pretensão regressiva contra Bruno.

d) não deverá indenizar Clara enquanto Bruno possuir patrimônio suficiente para reparar o prejuízo, pois a responsabilidade de quem age para afastar perigo iminente é subsidiária à daquele que culposamente originou o risco.

e) deverá indenizar Clara, embora sua conduta seja lícita, podendo exigir de Bruno, em regresso, o valor que tiver ressarcido, porque a proprietária atingida não foi responsável pela criação do perigo.

158. Sobre os contratos em geral, de acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta.

a) Nos contratos de adesão, é nula a cláusula que imponha renúncia antecipada a direito decorrente da própria natureza do negócio, ainda que redigida de maneira clara e expressamente aceita pelo aderente.

b) As cláusulas ambíguas de contrato de adesão devem ser interpretadas em favor do aderente apenas quando demonstrada sua vulnerabilidade econômica, prevalecendo, nos demais casos, o sentido atribuído pelo responsável pela elaboração do instrumento.

c) A celebração de contratos atípicos depende da existência de regulamentação legal específica de seus elementos essenciais, admitindo-se às partes combinar modalidades previstas em lei, mas não criar estruturas negociais sem disciplina legislativa própria.

d) Os deveres decorrentes da boa-fé objetiva podem ser afastados por cláusula expressamente negociada entre partes capazes, desde que o contrato envolva direitos patrimoniais disponíveis e não esteja submetido a regime especial de proteção de um dos contratantes.

e) A contratação sobre herança de pessoa viva é admitida quando todos os herdeiros necessários concordarem com a disposição e o titular do patrimônio participar do negócio, preservada a parcela correspondente à legítima.

159. Beatriz comprou de Otávio um terreno anunciado com 1.000 m², pelo preço de R$ 500,00 por metro quadrado. Após o registro do título, sua entrada na posse foi atrasada por quatro meses por motivo imputável ao vendedor. Ao receber o imóvel, constatou que a área efetiva era de 900 m², sendo impossível complementar a metragem faltante.

Nessa situação, de acordo com o CC/2002, Beatriz

a) poderá exigir somente o abatimento proporcional do preço, pois a resolução depende de diferença superior a um quinto da área anunciada, devendo exercer seu direito no prazo de um ano contado da entrada na posse.

b) poderá escolher entre a resolução e o abatimento proporcional do preço, mas deverá propor a ação no prazo de um ano contado do registro, pois o atraso na entrega da posse não interfere no prazo legal.

c) poderá reclamar a resolução do contrato ou o abatimento proporcional do preço, devendo propor a ação no prazo de um ano contado da entrada na posse, em razão do atraso atribuível ao vendedor.

d) deverá conservar o contrato pelo preço ajustado, pois a identificação do terreno no registro torna a referência à metragem meramente enunciativa, ainda que o preço tenha sido calculado com base no valor do metro quadrado.

e) poderá reclamar a resolução do contrato ou o abatimento proporcional do preço, sujeitando-se ao prazo prescricional de três anos contado da descoberta da diferença, por se tratar de pretensão de reparação civil decorrente de prejuízo patrimonial.

160. Quanto aos efeitos da posse, segundo as regras gerais do CC/2002, assinale a alternativa correta

a) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos e aos pendentes quando cessar sua boa-fé, desde que estes tenham sido produzidos durante o período em que ignorava o vício ou o obstáculo à aquisição da coisa.

b) O possuidor de má-fé deve restituir os frutos efetivamente percebidos, mas não responde pelos que deixou de perceber por sua culpa, pois a obrigação de restituição pressupõe a incorporação dos frutos ao seu patrimônio.

c) O possuidor de boa-fé pode exigir indenização pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, exercendo retenção pelo valor de todas elas enquanto não receber o pagamento integral, independentemente da possibilidade de retirada sem dano à coisa.

d) O possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias, mas não pode reter a coisa para assegurar esse pagamento nem retirar as voluptuárias, ainda que sua remoção seja possível sem danificar o bem.

e) O possuidor de má-fé responde pela perda acidental da coisa, sem poder afastar essa responsabilidade mediante prova de que o mesmo resultado ocorreria caso o bem estivesse na posse de quem o reivindica.

161. Helena é usufrutuária de uma fazenda cuja nua-propriedade pertence a Daniel. O usufruto está regularmente registrado, e seu título constitutivo não restringe o arrendamento. Helena pretende arrendar o imóvel a uma produtora rural, mantendo a exploração agrícola existente. Daniel se opõe, alegando que o caráter pessoal do usufruto exige a exploração direta pela usufrutuária.

De acordo com o CC/2002

a) Helena depende da autorização de Daniel para arrendar a fazenda, pois a cessão onerosa do exercício do usufruto exige concordância do nu-proprietário, embora a cessão gratuita possa ser realizada por iniciativa exclusiva da usufrutuária.

b) Helena pode arrendar a fazenda sem autorização de Daniel, preservada sua destinação econômica, pois a vedação de alienar o usufruto não impede a cessão de seu exercício nem exige a exploração pessoal do imóvel.

c) Helena pode arrendar a fazenda, mas os valores recebidos pertencerão a Daniel, pois o usufruto assegura apenas os frutos naturais da exploração direta, reservando ao nu-proprietário os frutos civis decorrentes da utilização por terceiros.

d) Helena pode transferir à produtora rural a titularidade do usufruto mediante contrato oneroso registrado, independentemente da concordância de Daniel, desde que mantenha o prazo originalmente previsto e preserve a destinação econômica atribuída à fazenda.

e) Helena deve explorar pessoalmente a fazenda, pois o caráter personalíssimo do usufruto impede que terceiros exerçam os poderes de uso e fruição, ainda que permaneçam inalteradas a atividade agrícola e a titularidade do direito real.

162. A respeito do comodato, de acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta

a) Na ausência de prazo convencionado, o comodante pode exigir a restituição imediata da coisa a qualquer momento, ainda que não tenha transcorrido o período necessário ao uso concedido, em razão da gratuidade do contrato.

b) O comodatário pode exigir o reembolso das despesas ordinárias realizadas com o uso e gozo da coisa, desde que comprove sua efetiva realização e demonstre que os gastos foram compatíveis com a finalidade do empréstimo.

c) A constituição do comodatário em mora permite cobrar aluguel até a devolução da coisa, convertendo o comodato em locação e substituindo a responsabilidade pelos prejuízos do atraso pela obrigação de pagar a remuneração arbitrada.

d) Havendo dois comodatários simultâneos da mesma coisa, cada um responde perante o comodante na proporção do uso que efetivamente realizou, salvo cláusula expressa de solidariedade, pois a gratuidade impede a responsabilidade integral por determinação legal.

e) O comodatário responde pelo dano à coisa emprestada se, diante de risco comum, preferir salvar seus próprios bens e abandonar o do comodante, mesmo quando o prejuízo decorrer de caso fortuito ou força maior.

163. Durante o inventário de seu pai, Lucas cedeu onerosamente a um terceiro estranho à sucessão, por escritura pública, a totalidade de sua quota hereditária por R$ 180.000,00, pagos à vista. Sua irmã Marina, única coerdeira, não foi previamente informada. Trinta dias após a cessão, Marina tomou conhecimento do negócio e manifestou interesse em adquirir a quota nas mesmas condições.

De acordo com o CC/2002, Marina

a) poderá obter para si a quota cedida, mediante depósito do preço e exercício tempestivo da preferência, pois a cessão onerosa a estranho deve respeitar o direito da coerdeira de adquirir em igualdade de condições.

b) poderá exigir a declaração de nulidade da cessão, independentemente de depósito do preço, pois a transferência da quota hereditária a pessoa estranha depende do consentimento expresso de todos os demais herdeiros antes da partilha.

c) não poderá adquirir a quota por preferência, pois esse direito somente surge depois da partilha, quando os bens atribuídos a cada herdeiro estiverem individualizados, restando-lhe exigir reparação se comprovar prejuízo decorrente da cessão.

d) poderá obter para si a quota cedida mediante pagamento do valor apurado em avaliação judicial, ainda que inferior ao preço contratado, pois a preferência hereditária assegura ao coerdeiro a aquisição pelo valor econômico do quinhão.

e) não poderá exercer preferência após a escritura pública, pois sua lavratura consolida a aquisição pelo terceiro, cabendo à coerdeira preterida apenas reclamar perdas e danos de Lucas pela ausência de comunicação prévia.

164. Quanto à classificação e ao regime jurídico dos bens públicos, de acordo com o CC/2002, assinale a alternativa correta.

a) Os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião quando não estiverem destinados a serviço público, desde que o particular demonstre posse contínua, ausência de oposição e atendimento aos demais requisitos da modalidade invocada.

b) Os bens de uso comum do povo devem ser utilizados gratuitamente, pois a cobrança de remuneração pelo acesso modifica sua classificação para bens de uso especial e exige prévia alteração formal de sua destinação.

c) Os bens de uso especial permanecem inalienáveis mesmo depois de perderem essa qualificação, pois a destinação anterior ao serviço público incorpora ao patrimônio uma restrição definitiva, que subsiste após a regular desafetação.

d) Os bens dominicais podem ser alienados mediante decisão de seu administrador, dispensado o atendimento às exigências legais aplicáveis aos demais bens públicos, porque a ausência de destinação específica os submete integralmente ao regime privado.

e) Os bens de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto mantiverem essas qualificações, ao passo que os dominicais podem ser alienados com observância das exigências estabelecidas em lei.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

165. A respeito da lei penal no tempo, considerando o disposto no Código Penal, na Constituição Federal e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

a) A lei posterior que de qualquer modo favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, salvo se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

c) A medida provisória pode definir crimes e cominar penas, desde que posteriormente convertida em lei pelo Congresso Nacional.

d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas subsistindo todos os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

e) Ao crime permanente aplica-se a lei vigente no início da conduta, ainda que lei mais grave entre em vigor antes de cessada a permanência.

166. Em março de 2024, Fúlvio praticou conduta tipificada como crime, à época punida com reclusão de 2 a 5 anos. Condenado por sentença transitada em julgado, Fúlvio iniciou o cumprimento da pena. Em agosto de 2025, entrou em vigor nova lei que manteve a conduta como crime, mas reduziu a pena cominada para reclusão de 1 a 3 anos. Nessa situação, de acordo com o Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores,

a) a nova lei não se aplica a Fúlvio, pois a coisa julgada impede a retroatividade da lei penal após o trânsito em julgado da condenação.

b) a nova lei aplica-se a Fúlvio, mas a redução da pena somente pode ser obtida por meio de revisão criminal, julgada pelo tribunal competente.

c) ocorreu abolitio criminis, que extingue a punibilidade e faz cessar a execução e os efeitos penais da condenação.

d) a nova lei aplica-se a Fúlvio, competindo ao juízo das execuções penais aplicá-la e redimensionar a pena.

e) o juiz pode combinar as duas leis, aplicando a pena da lei nova e os institutos mais favoráveis da lei anterior, para obter a situação mais benéfica ao condenado.

167. Durante operação de fiscalização de mercadorias em trânsito, Auditores Fiscais da Receita Estadual constataram que Tício, proprietário de uma distribuidora de bebidas, mantinha em depósito, para revenda, centenas de garrafas nas quais haviam sido aplicados selos de controle tributário falsificados por terceiros. Apurou-se que Tício adquiriu as mercadorias ciente da falsidade dos selos, embora não tenha participado da contrafação. Nessa situação, Tício

a) incorre nas mesmas penas do crime de falsificação de papéis públicos, por expressa previsão do Código Penal relativa a quem mantém em depósito, no exercício de atividade comercial, mercadoria em que tenha sido aplicado selo de controle tributário falsificado.

b) não comete crime contra a fé pública, pois não realizou a contrafação dos selos, respondendo apenas por eventual infração tributária administrativa.

c) responde por receptação qualificada, por adquirir, no exercício de atividade comercial, coisa que sabe ser produto de crime.

d) comete o crime de uso de documento falso, cuja pena é a cominada à falsificação de documento público.

e) responde por falsidade ideológica, por ter inserido nos registros fiscais informação diversa da que deveria constar.

168. Acerca dos crimes de falsidade de títulos e outros papéis públicos, previstos nos arts. 293 a 295 do Código Penal, é correto afirmar:

a) Para os fins da figura equiparada que pune o comércio de mercadorias com selo tributário falsificado, considera-se atividade comercial apenas a exercida em estabelecimento regularmente constituído, excluindo-se o comércio praticado em residências.

b) A conduta de suprimir, em papel público legítimo, carimbo indicativo de sua inutilização, com o fim de torná-lo novamente utilizável, é atípica, por não haver contrafação ou alteração do conteúdo do papel.

c) O crime de fabricar ou possuir objeto especialmente destinado à falsificação de papéis públicos somente se consuma com a efetiva falsificação de algum desses papéis.

d) Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é aumentada de metade.

e) Quem recebe de boa-fé papel público falsificado e, depois de conhecer a falsidade, o restitui à circulação incorre em pena de detenção ou multa, menor que a cominada à falsificação.

169. Mévio, despachante, confeccionou em seu escritório guias de arrecadação de tributo estadual com autenticação bancária simulada, imitando com perfeição o padrão oficial, a fim de entregá-las a clientes como prova de recolhimento. As guias foram apreendidas antes de qualquer entrega. Considerando apenas a conduta de confeccionar as guias, Mévio praticou

a) falsificação de documento público, prevista no art. 297 do Código Penal, por se tratar de documento emitido pela Administração.

b) falsificação de documento particular, pois a autenticação bancária é produzida por instituição financeira privada.

c) falsificação de papel público, consistente em falsificar guia ou outro documento relativo à arrecadação de rendas públicas.

d) apenas atos preparatórios impuníveis, pois as guias não foram utilizadas nem entregues a terceiros.

e) o crime de petrechos de falsificação, por manter em depósito papéis destinados à prática de estelionato.

170. Nos termos do Código Penal, para os efeitos penais, equipara-se a documento público

a) o cartão de crédito ou de débito.

b) o contrato particular de compra e venda com firma reconhecida em cartório.

c) o atestado emitido por médico particular, no exercício da profissão.

d) a fotocópia não autenticada de documento público.

e) o testamento particular.

171. Otávio, sócio de uma empresa, entregou a Pedro, também sócio, uma folha de papel assinada em branco, para que Pedro a preenchesse com o texto de um requerimento a ser protocolado na Secretaria da Fazenda. Abusando da confiança, Pedro preencheu a folha com uma declaração de dívida inexistente de Otávio em seu favor, guardando o documento para futura cobrança. Nessa situação, Pedro praticou

a) falsidade ideológica em documento particular, punida com reclusão de 1 a 3 anos e multa.

b) falsificação de documento particular, pois alterou o conteúdo do documento assinado por Otávio.

c) falsidade ideológica em documento público, pois o papel seria destinado à Secretaria da Fazenda.

d) fato atípico, pois a assinatura constante do documento é verdadeira e foi lançada pelo próprio Otávio.

e) uso de documento falso, pois o documento já se encontrava assinado quando Pedro o preencheu.

172. No que concerne aos crimes de falsidade documental, é correto afirmar:

a) O crime de uso de documento falso exige que o agente tenha participado da falsificação, sob pena de atipicidade da conduta.

b) A falsificação grosseira, incapaz de iludir pessoa de discernimento comum, afasta o crime de falso por ausência de potencialidade lesiva, podendo a conduta configurar, conforme o caso, outro delito, como o estelionato.

c) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra pode ser praticado por qualquer pessoa que ateste a autenticidade de assinatura alheia.

d) O crime de supressão de documento tem por objeto exclusivamente documento público verdadeiro, de que o agente não podia dispor.

e) A falsidade ideológica tem a mesma pena, seja o documento público, seja particular.

173. A respeito do crime de peculato e do conceito penal de funcionário público, é correto afirmar:

a) No peculato doloso, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade do agente.

b) O peculato-furto exige que o funcionário tenha a posse prévia do dinheiro, valor ou bem subtraído, em razão do cargo.

c) No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

d) Configura peculato mediante erro de outrem a conduta do funcionário que, valendo-se de fraude, induz o particular a lhe entregar valores indevidos.

e) Não se equipara a funcionário público, para fins penais, o empregado de empresa privada contratada para executar atividade típica da Administração Pública.

174. Auditor Fiscal da Receita Estadual, durante fiscalização em estabelecimento comercial, exigiu do contribuinte o recolhimento de tributo que sabia indevido, pois o fato gerador havia sido alcançado por isenção. O contribuinte efetuou o pagamento, e o valor foi integralmente recolhido aos cofres públicos. Nessa situação, o Auditor praticou

a) concussão, na forma do caput do art. 316 do Código Penal, punida com reclusão de 2 a 12 anos e multa.

b) corrupção passiva, pois exigiu vantagem em razão da função.

c) peculato-desvio, pois deu destinação diversa a valores do particular.

d) excesso de exação, punido com reclusão de 3 a 8 anos e multa.

e) a forma qualificada do excesso de exação, que pressupõe o recolhimento do valor aos cofres públicos.

175. Considere as seguintes condutas, praticadas por servidores de uma Secretaria Estadual de Fazenda:

I. Ana, chefe de setor, por indulgência, deixou de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo e não levou o fato ao conhecimento da autoridade competente.

II. Bruno retardou indevidamente a análise de pedido de restituição apresentado por um desafeto, para satisfazer sentimento pessoal de vingança.

III. Carla, valendo-se da qualidade de funcionária, patrocinou perante a própria Secretaria interesse privado legítimo de um amigo.

Os crimes praticados por Ana, Bruno e Carla são, respectivamente,

a) condescendência criminosa, prevaricação e advocacia administrativa.

b) prevaricação, corrupção passiva privilegiada e advocacia administrativa.

c) condescendência criminosa, corrupção passiva privilegiada e tráfico de influência.

d) prevaricação, condescendência criminosa e exploração de prestígio.

e) condescendência criminosa, prevaricação e corrupção passiva.

176. Durante auditoria em uma indústria, o Auditor Estadual identificou irregularidades que ensejariam a lavratura de auto de infração. O sócio-administrador da empresa ofereceu ao Auditor a quantia de R$ 50.000,00 para que o auto não fosse lavrado. O Auditor recusou imediatamente a oferta, lavrou o auto de infração e comunicou o fato à autoridade policial. Nessa situação, o sócio-administrador

a) não praticou crime, pois a oferta foi recusada e o funcionário não deixou de praticar o ato de ofício.

b) praticou corrupção ativa na forma tentada, já que a vantagem não foi aceita pelo funcionário.

c) praticou corrupção ativa com a pena aumentada de um terço, em razão da finalidade de evitar a prática de ato de ofício.

d) praticou tráfico de influência, pois pretendia influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

e) praticou corrupção ativa consumada, pois o crime é formal e se consuma com o simples oferecimento da vantagem indevida.

177. Sobre os crimes praticados por particular contra a Administração em geral, é correto afirmar:

a) Configura o crime de resistência a mera oposição passiva à execução de ato legal, ainda que desacompanhada de violência ou ameaça.

b) No tráfico de influência, a pena é aumentada da metade se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

c) No crime de resistência, se o ato, em razão dela, não se executa, a pena é a mesma prevista para a forma simples.

d) Contrabando consiste em iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, saída ou consumo de mercadoria permitida.

e) Para a configuração do descaminho, é imprescindível a constituição definitiva do crédito tributário, nos termos da Súmula Vinculante nº 24.

178. A empresa X deixou de incluir na folha de pagamento segurados empregados que lhe prestavam serviços, reduzindo as contribuições previdenciárias devidas. Antes do início de qualquer ação fiscal, o administrador da empresa procurou espontaneamente o órgão competente. Considerando o crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP), é correto afirmar que

a) a extinção da punibilidade depende do pagamento integral do tributo, incluídos juros e multa, antes do recebimento da denúncia.

b) a conduta é atípica, pois omitir segurados da folha de pagamento constitui mera infração administrativa.

c) é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, antes do início da ação fiscal.

d) o crime é próprio de funcionário público, motivo pelo qual o administrador da empresa responde como partícipe.

e) a espontaneidade apenas autoriza o perdão judicial, que pode ser concedido se o agente for primário e de bons antecedentes, independentemente do valor sonegado.

179. No último ano de seu mandato, mais precisamente no mês de outubro, o Governador de determinado Estado autorizou a assunção de obrigação decorrente de contrato de obra cuja despesa não poderia ser paga no mesmo exercício financeiro, restando parcela a ser paga no exercício seguinte sem contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa. Nessa situação, a conduta do Governador amolda-se ao crime de

a) ordenação de despesa não autorizada por lei, punido com detenção.

b) inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.

c) contratação de operação de crédito sem prévia autorização legislativa.

d) assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, punido com reclusão de 1 a 4 anos.

e) não cancelamento de restos a pagar, punido com detenção de 6 meses a 2 anos.

180. A respeito dos crimes contra as finanças públicas, previstos nos arts. 359-A a 359-H do Código Penal, é correto afirmar:

a) Os crimes contra as finanças públicas foram inseridos no Código Penal pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

b) O crime de não cancelamento de restos a pagar consiste em deixar de ordenar o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor inferior ao permitido em lei.

c) Comete prestação de garantia graciosa quem presta garantia em operação de crédito com constituição de contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia prestada.

d) O crime de contratação de operação de crédito alcança somente a operação realizada sem prévia autorização legislativa, não se estendendo à operação que observa a autorização mas excede o limite fixado em resolução do Senado Federal.

e) Pratica crime quem ordena, autoriza ou executa ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0